
Anexo 03 – Caderno de Encargos

...

CONTRATO Nº [·]/[·]

ANEXO 03

CADERNO DE ENCARGOS

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [·] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.

SÃO PAULO - SP

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

R. Iguatemi, 105. Itaim Bibi. São Paulo. SP. CEP: 01451-011. FONE/FAX/ (11) 3465-2000

ÍNDICE

1.	CAPÍTULO I – DIRETRIZES GERAIS.....	4
1.1.	INTRODUÇÃO	4
2.	CAPÍTULO II – SERVIÇOS CORRESPONDENTES ÀS FUNÇÕES OPERACIONAIS:	8
2.1.	AÇÕES RELACIONADAS À OPERAÇÃO DAS TRAVESSIAS	8
2.1.1.	AÇÕES PARA O PRIMEIRO ANO.....	8
2.1.2.	PESSOAL OPERACIONAL E PROGRAMA DE TREINAMENTO	18
2.1.3.	CENTROS DE CONTROLE OPERACIONAL (CCO) E SISTEMA DE COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS.....	19
2.1.4.	EMBARCAÇÕES	20
2.1.5.	INFRAESTRUTURA – TERMINAIS E ESTALEIROS	22
2.1.6.	PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL.....	23
2.2.	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO	33
2.2.1.	CONCEITOS BÁSICOS	33
2.2.2.	SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SAC)	33
2.2.3.	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE DADOS.....	34
2.2.4.	CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL (CCO).....	35
2.2.5.	COMUNICAÇÃO POR SÍTIO ELETRÔNICO E POR APLICATIVO.....	37
2.2.6.	SISTEMA DE PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS (PMV)	38
2.2.7.	OUVIDORIA E DEMAIS CANAIS DE RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO	43
2.2.8.	ATENDIMENTO A AUTORIDADES LOCAIS	44
2.3.	SISTEMA DE MONITORAÇÃO DA OPERAÇÃO.....	45
2.3.1.	SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO (SIGO).....	45
2.3.2.	SISTEMAS DE MONITORAÇÃO POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV)	46
2.4.	SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	48
2.4.1.	CONCEITOS BÁSICOS	48
2.4.2.	ESPECIFICAÇÕES PARA O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	50
2.5.	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO ADEQUADO, SEGURANÇA E CONFORTO DOS USUÁRIOS	56
2.5.1.	PROGRAMA DE REDUÇÃO DE ACIDENTES – PRA	57
2.5.2.	BANCO DE DADOS DE ACIDENTES	58

Anexo 03 – Caderno de Encargos

2.5.3.	COMISSÃO DE SEGURANÇA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	59
2.5.4.	DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	60
2.6.	MANUAIS OPERACIONAIS	61
2.7.	FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA	62
2.7.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	62
2.8.	SISTEMA DE INFORMAÇÕES.....	63
2.8.1.	INFORMAÇÕES MENSAIS	63
2.8.2.	BANCO DE DADOS DO CCO	64
2.8.3.	ENVIO SISTEMÁTICO DE INFORMAÇÕES	64
2.8.4.	AUDITORIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	65
2.8.5.	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	65
3.	CAPÍTULO III – INVESTIMENTOS EM EMBARCAÇÕES E EM INFRAESTRUTURA	66
3.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	66
3.1.1.	CONCEITOS BÁSICOS	66
3.1.2.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	66
3.1.3.	DISPOSIÇÕES REFERENTES A PROJETOS E OBRAS	70
3.1.4.	CONCLUSÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS PELA ARTESP	71
3.2.	SERVIÇOS REFERENTES À AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA FROTA DE EMBARCAÇÕES	72
3.2.1.	CONCEITOS BÁSICOS	72
3.2.2.	INVESTIMENTOS EM AQUISIÇÃO DE NOVAS EMBARCAÇÕES.....	73
3.3.	INVESTIMENTOS PARA A REABILITAÇÃO DE TERMINAIS.....	79
3.3.1.	CONCEITOS BÁSICOS	79
3.3.2.	SERVIÇOS REFERENTES À REABILITAÇÃO DE TERMINAIS	80
4.	CAPÍTULO IV – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO	131
4.1.	CONCEITOS BÁSICOS.....	131
4.2.	PROGRAMA ANUAL DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RELATÓRIOS.....	132
4.2.1.	CONSERVAÇÃO DE EMBARCAÇÕES E FLUTUANTES	135
4.2.2.	CONSERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA (TERMINAIS E ESTALEIROS) ..	138
4.2.3.	CONSERVAÇÃO DE EMERGÊNCIA	139
4.3.	FISCALIZAÇÃO	140

1. CAPÍTULO I – DIRETRIZES GERAIS

1.1. INTRODUÇÃO

O presente ANEXO define as diretrizes e os encargos relacionados aos investimentos e à operação, manutenção e gestão do SISTEMA DE TRAVESSIAS, a serem cumpridos pela CONCESSIONÁRIA.

A partir da DATA DE INÍCIO, correspondente à emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, até o termo final do PRAZO DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá observar todos os requisitos mínimos especificados neste ANEXO.

A ARTESP poderá, a qualquer tempo, constatando que a CONCESSIONÁRIA deixou de atender aos encargos estabelecidos neste ANEXO, determinar que sejam providenciados os ajustes e adequações necessários, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

É de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA qualquer eventual ajuste e/ou adequação necessária para que as obras, a operação e a gestão do SISTEMA DE TRAVESSIAS respeitem estritamente as diretrizes mínimas estabelecidas no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS, em especial neste Caderno de Encargos, e na legislação aplicável.

A CONCESSIONÁRIA poderá se valer, quando assim desejar, de inovações tecnológicas, seja de processos ou equipamentos, com a finalidade de trazer eficiência ao cumprimento de suas obrigações, observado o disposto no CONTRATO e seus ANEXOS.

A CONCESSIONÁRIA deverá, sempre que possível, fazer uso de ações que fomentem a sustentabilidade, a participação, a inclusão social e o respeito às minorias e aos grupos sociais vulneráveis, buscando com essas ações gerar externalidades positivas que transcendam o objeto da CONCESSÃO.

A ARTESP poderá emitir especificações técnicas relativas a quaisquer um dos itens constantes deste ANEXO 3.

As atividades operacionais e de obras inerentes à execução do objeto do CONTRATO deverão ocasionar o mínimo possível de interferência negativa no uso do SISTEMA DE TRAVESSIAS e na região onde se localiza.

A CONCESSÃO do SISTEMA DE TRAVESSIAS está dividida em: FASE DE TRANSIÇÃO E FASE DE OPERAÇÃO.

Fase de Transição

A FASE DE TRANSIÇÃO terá duração de até 3 meses e se encerrará com a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA. A fase tem por objetivo assegurar a transição eficaz das TRAVESSIAS, garantindo as condições de segurança e a continuidade do serviço.

Nesse período, a CONCESSIONÁRIA não fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, uma vez que a operação permanece sob responsabilidade do Departamento Hidroviário – DH. Também não poderá explorar RECEITAS TARIFÁRIAS ou RECEITAS ACESSÓRIAS.

Além das obrigações previstas neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir os requisitos estabelecidos no APÊNDICE 08. Eventual prorrogação desta fase seguirá a disciplina prevista no CONTRATO e no APÊNDICE 08.

Ainda nesta fase, o VERIFICADOR INDEPENDENTE, a ser contratado como condição de assinatura do CONTRATO, será responsável pela medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS, que, conforme a Primeira Etapa de Acompanhamento descrita no ANEXO 08, serão utilizados como parâmetro para melhoria do SERVIÇOS.

Fase de Operação

A FASE DE OPERAÇÃO, por sua vez, está subdividida em duas etapas: **(i) ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA**; e **(ii) ETAPA DE OPERAÇÃO PLENA**. Após início desta etapa, a CONCESSIONÁRIA fará jus à remuneração prevista no CONTRATO, em conformidade com o ANEXO 14.

- ***Etapa de Operação Assistida***

Esta etapa iniciará após assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, com duração de até 3 meses. Não haverá hipótese de prorrogação desta etapa.

A partir desta etapa, a Concessionária será integralmente responsável pela prestação dos serviços, respondendo pelos custos operacionais inerentes à prestação do SERVIÇO, mas contará com a assistência do Departamento Hidroviário – DH, nos termos do APÊNDICE 08.

Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, os INDICADORES DE DESEMPENHO serão apurados conforme a Segunda Etapa de Acompanhamento descrita no ANEXO 8. Nesta etapa, o VERIFICADOR INDEPENDENTE medirá o desempenho da CONCESSIONÁRIA, a fim de gerar dados comparativos entre os INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS e os INDICADORES DE DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA. Os resultados do Índice de Qualidade do Serviço não impactarão as NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO e a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, na forma do Anexo 08.

Sem prejuízo das obrigações previstas neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir os requisitos estabelecidos no APÊNDICE 08.

- ***Etapa de Operação Plena***

A ETAPA DE OPERAÇÃO PLENA marca o período a partir do qual a CONCESSIONÁRIA operará o SISTEMA DE TRAVESSIAS sem qualquer assistência do Departamento Hidroviário - DH.

A partir desta fase, os resultados do IQS passarão a impactar as NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO e a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA. Sem prejuízo das obrigações previstas neste ANEXO, conforme disciplina do ANEXO 8, há dois tipos de medição previstos: (i) Terceira Etapa de Acompanhamento: iniciar-se-á após conclusão da Etapa de Operação Assistida e findar-se-á por 6 (seis) anos, ou até que haja a conclusão dos NVESTIMENTOS; e (ii) Quarta Etapa de Acompanhamento, iniciar-se-á após a conclusão, pela CONCESSIONÁRIA, das obras e melhoramentos previstos para os 6 (seis) primeiros anos, passando o desempenho da

CONCESSIONÁRIA a ser avaliado nos termos do item 9 do Anexo 08.

Nessa fase, a CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção e conservação de todos os investimentos já feitos durante a transição operacional, bem como as obrigações posteriores previstas neste Anexo ou novos investimentos ao CONTRATO.

2. CAPÍTULO II – SERVIÇOS CORRESPONDENTES ÀS FUNÇÕES OPERACIONAIS:

2.1. AÇÕES RELACIONADAS À OPERAÇÃO DAS TRAVESSIAS

2.1.1. AÇÕES PARA O PRIMEIRO ANO

Para o primeiro ano de operação, a CONCESSIONÁRIA deverá atender à programação mínima de viagens apresentada a seguir, para cada TRAVESSIA do SISTEMA DE TRAVESSIAS

Para efeito de programação, serão consideradas as seguintes definições:

- I. Meses de alta temporada: são aqueles considerados como os meses de férias escolares e que apresentam maior movimentação em diversas TRAVESSIAS, quais sejam: janeiro, fevereiro, julho e dezembro;
- II. Meses normais: os demais meses do ano não mencionados no inciso I acima;
- III. Dias úteis: de segunda a sexta-feira;
- IV. Fins de semana: os dias de sábado e domingo, podendo, em algumas TRAVESSIAS, ser estendido para os períodos que incluem a sexta-feira a partir das 12 h e as segundas até as 12 h; e
- V. Feriados: dias de descanso e/ou comemoração, instituído pelo poder civil ou religioso, em que são suspensas as atividades públicas e particulares, conforme programação oficial dos poderes constituídos.

A PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL PARA O PRIMEIRO ANO, apresentada no item 2.2.1.2, foi formulada com base no quadro operativo atual e em dados operacionais observados, e representa as condições consideradas mínimas para a prestação de serviço, sendo que a CONCESSIONÁRIA dispõe de liberdade para incrementar a operação com vistas ao atendimento dos indicadores de desempenho estabelecidos.

As tabelas com as grades horárias contêm 3 tipos de indicação:

- I. Horário fixo

Indica o horário de partida da EMBARCAÇÃO;

II. Intervalos de saída

Informa o intervalo entre saídas que deve ser observado em determinado período do dia;

III. Atendimento à demanda

Indica que os intervalos de saída devam ser adequados para a demanda apresentada, considerando a sazonalidade da demanda ao longo do dia, sempre observado um valor máximo de intervalo.

2.1.1.1. DIREÇÃO PARA COBRANÇA DE TARIFA

No primeiro ano de operação, a CONCESSIONÁRIA deverá, observado o disposto no item 5.2 do ANEXO 5, manter a cobrança das TARIFAS nas TRAVESSIAS, conforme as seguintes direções de tráfego:

Tabela 1: Direção de tráfego para cobrança de tarifa no Ano 01

Cobrança Unidirecional	Terminal de Cobrança
Ilhabela – São Sebastião	São Sebastião
Santos – Guarujá	Guarujá
Cananéia – Ilha Comprida	Cananéia
Cananéia – Ariri	Cananéia
Cobrança Bidirecional	
Guarujá – Bertioga	
Iguape – Juréia	
Cananéia – Continente	
Santos – Vicente de Carvalho	

2.1.1.2. PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL PARA O PRIMEIRO ANO

A PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL PARA O PRIMEIRO ANO deverá ser executada pela CONCESSIONÁRIA de modo a garantir o atendimento à demanda prevista com segurança e qualidade dos serviços, objetivando atender os parâmetros de serviço estabelecidos no ANEXO 8 – INDICADORES DE DESEMPENHO.

Nas tabelas de 2 a 13, a seguir, são apresentadas as grades horárias mínimas a serem cumpridas pela CONCESSIONÁRIA para o SISTEMA DE TRAVESSIAS LITORÂNEAS e SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS.

As TRAVESSIAS do SISTEMA DE TRAVESSIAS PARAIBUNA não operam mediante programação com horários fixos ou intervalos entre as viagens, as quais são realizadas sob demanda durante todo o dia.

Para os dias em que haja previsão de uma maior movimentação, considerado, no mínimo, os finais de semana de meses de alta temporada e feriados, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP, para aprovação, com antecedência mínima de 15 dias, a programação a ser implantada. A programação deverá conter as demandas horárias previstas, a grade horária das EMBARCAÇÕES que irão operar e os intervalos de saída previstos.

A seguir são apresentadas as tabelas com a PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL mínima a ser obedecida para cada travessia.

Tabela 2: Programação Operacional 1º Ano

Travessia São Sebastião – Ilhabela (Balsas)

SÃO SEBASTIÃO / ILHABELA (BALSA PARA VEÍCULOS E PEDESTRES)	ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO (BALSA PARA VEÍCULOS E PEDESTRES)
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
0h00	0h00
1h00	0h30
2h00	1h30
3h00	2h30
4h00	3h30
5h00	4h30
Das 5h30 às 23H30 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min	5h30
	Das 6h00 às 23H30 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min

Tabela 3: Programação Operacional 1º Ano

Travessia São Sebastião – Ilhabela (Lanchas)

SÃO SEBASTIÃO / ILHABELA (LANCHA PARA PEDESTRES E CICLISTAS)	ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO (LANCHA PARA PEDESTRES E CICLISTAS)
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
Das 6h30 às 19H30 - Saídas a cada 60 minutos até às 19h30	Das 7h00 às 20H00 - Saídas a cada 60 minutos até às 19h30

Tabela 4: Programação Operacional 1º Ano

Travessia Santos - Guarujá

SANTOS / GUARUJÁ		
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS	DOMINGOS E FERIADOS
Das 0h00 até as 5h00 - saídas a cada 30 min	Das 0h00 até as 6h30 - saídas a cada 30 min	Das 0h00 até as 5h30 - saídas a cada 30 min
Das 6h30 às 20h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 12 min	Das 9h00 até as 20h30 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 12 min	Das 9h00 até as 21h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 12 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 15 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min

Tabela 5: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Santos – Vicente de Carvalho (Lanchas)

VICENTE DE CARVALHO / SANTOS		
2ª A 6ª FEIRA	SÁBADOS	DOMINGOS E FERIADOS
Das 00h20 às 1h40 - saídas a cada 40 minutos	Das 00h20 às 1h40 - saídas a cada 40 minutos	Das 00h20 às 1h40 - saídas a cada 40 minutos
2h30	2h30	2h30
3h30	3h30	3h30
4h20	4h20	4h20
Das 5h00 às 8h24 - saídas a cada 12 minutos	Das 5h00 às 8h24 - saídas a cada 12 minutos	Das 5h00 às 22h40 - saídas a cada 20 minutos
Das 8h40 às 16h00 - saídas a cada 20 minutos	Das 8h40 às 22h40 - saídas a cada 20 minutos	23h10
Das 16h12 às 19h00 - saídas a cada 12 minutos	23h10	23h40
Das 19h15 às 20h00 - saídas a cada 15 minutos	23h40	
Das 20h20 às 22h40 - saídas a cada 20 minutos		
23h10		
23h40		

Tabela 6: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Bertioiga – Guarujá

BERTIOGA/GUARUJÁ	GUARUJÁ/BERTIOGA
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
Das 7h00 às 13h00 - saídas a cada 20 minutos	Das 7h00 às 13h00 - saídas a cada 20 minutos
Das 16h30 às 18h00 - saídas a cada 20 minutos	Das 16h30 às 18h00 - saídas a cada 20 minutos
Demais horários, saídas a cada 40 minutos	Demais horários, saídas a cada 40 minutos

Tabela 7: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Cananéia – Ilha Comprida

CANANÉIA / ILHA COMPRIDA	ILHA COMPRIDA / CANANÉIA
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
00h00	00h15
00h30	1h00
2h30	3h00
4h00 às 6h00 - saídas a cada 1 hora	4h30
6h30 às 8h30 - saídas a cada 30 minutos	5h45 às 8h45 - saídas a cada 30 minutos
9h00 às 11h00 - saídas a cada 1 hora	9h30 às 10h30 - saídas a cada 1 hora
11h30 às 13h30 - saídas a cada 30 minutos	11h15 às 13h45 - saídas a cada 30 minutos
14h00 às 17h00 - saídas a cada 1 hora	14h30 às 16h30 - saídas a cada 1 hora
17h30 às 19h30 - saídas a cada 30 minutos	17h15 às 19h45 - saídas a cada 30 minutos
20h00 às 23h00 - saídas a cada 1 hora	20h30 às 23h30 - saídas a cada 1 hora

Tabela 8: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Iguape – Juréia

IGUAPE / JURÉIA		JURÉIA / IGUAPE	
2ª A 6ª FEIRA	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS	2ª A 6ª FEIRA	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
	00h00	Da 0h15 às 2h15 - saídas a cada 30 minutos	Da 0h15 às 2h15 - saídas a cada 30 minutos
Da 00h00 às 2h30 - saídas a cada 30 minutos	Da 1h00 às 2h30 - saídas a cada 30 minutos	3h15	3h15
3h30	3h30	4h15	4h15
4h30	4h30	5h15	5h15
5h30	5h30	6h15	6h15
6h30	6h30	Da 6h45 às 20h15 - saídas a cada 30 minutos	Da 6h45 às 23h45 - saídas a cada 30 minutos
Da 7h00 às 20h30 - saídas a cada 30 minutos	Da 7h00 às 20h30 - saídas a cada 30 minutos	21h15	
21h30	21h30	22h15	
22h30	22h00	23h15	
23h30	22h30	23h45	
	23h00		
	23h30		

Tabela 9: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Cananéia – Continente

CANANÉIA / CONTINENTE	CONTINENTE / CANANÉIA
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
00h00	00h15
00h30	1h00
2h30	3h00
4h00	4h30
5h00	5h30
6h15	6h30 às 22h30 - saídas a cada 1 hora
7h00 às 11h - saídas a cada 1 hora	
12h05	
13h00 às 23h - saídas a cada 1 hora	

Tabela 10: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Cananéia - Ariri

CANANÉIA / ARIRI			
Dia	Cananéia	Marujá	Ariri
2ª feira	13h00	16h00	16h30
3ª feira	-	-	-
4ª feira	8h00	11h00	12h00
5ª feira	8h00	11h00	12h45
6ª feira	-	-	-

ARIRI / CANANÉIA			
Dia	Ariri	Marujá	Cananéia
2ª feira	-	-	-
3ª feira	7h00	8h00	11h30
4ª feira	13h00	13h30	16h30
5ª feira	-	-	-
6ª feira	8h00	8h30	11h30

Tabela 11: Programação Operacional 1º Ano
Travessia João Basso – Riacho Grande

JOÃO BASSO / RIACHO GRANDE	
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
Das 1h00 até as 5h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min	Das 1h00 até as 6h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min
Das 7h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min	Das 9h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 40 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min

Tabela 12: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Taquacetuba – Bororé

TAQUACETUBA / BORORÉ	
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
Das 22h00 até as 5h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min	Das 1h00 até as 6h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 40 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 40 min

Tabela 13: Programação Operacional 1º Ano
Travessia Bororé – Grajaú

BORORÉ / GRAJAÚ	
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
Das 1h00 até as 5h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min	Das 1h00 até as 6h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min
Das 7h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min	Das 9h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 40 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min

2.1.1.3. EMBARCAÇÕES EMPREGADAS PARA OPERAÇÃO NO PRIMEIRO ANO

Todas as EMBARCAÇÕES nas TRAVESSIAS operadas pelo DH e EMAE, no estado em que se encontram, próprias ou locadas, serão disponibilizadas à

CONCESSIONÁRIA para uso a partir do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO e da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

Cabe observar que há previsão de arrendamento de EMBARCAÇÕES na operação em determinadas TRAVESSIAS já no primeiro ano de operação, com vistas a atender a demanda e aos INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme ANEXO 8.

2.1.2. PESSOAL OPERACIONAL E PROGRAMA DE TREINAMENTO

A partir do fim do período de FASE DE TRANSIÇÃO deste ANEXO, todo o pessoal operacional (TERMINAIS, EMBARCAÇÕES e manutenção) deverá estar devidamente uniformizado e identificado.

O uniforme deve conter somente a identificação da CONCESSIONÁRIA, sendo vedado o uso do nome das terceirizadas.

A partir da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, a CONCESSIONÁRIA deverá dar início ao PROGRAMA DE TREINAMENTO, com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições de segurança do SISTEMA DE TRAVESSIAS e padronizar os procedimentos e serviços prestados aos USUÁRIOS.

O PROGRAMA DE TREINAMENTO será periódico, com recorrência mínima anual, aplicado a todo o pessoal operacional do SISTEMA DE TRAVESSIAS com certificado de participação, em sua área de atuação, de acordo com a regulamentação existente.

A CONCESSIONÁRIA deverá dar atenção especial às funções que envolvem o serviço prestado em EMBARCAÇÕES, nas suas mais variadas funções, que necessitam de certificação e treinamento adequados ao seu desempenho.

2.1.3. CENTROS DE CONTROLE OPERACIONAL (CCO) E SISTEMA DE COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS

A partir do fim da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA assumirá a operação do CCO existente e dos sistemas contemplados pelo CCO, com a finalidade de controlar a operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS. O controle da operação deverá ser realizado por meio do monitoramento por GPS das EMBARCAÇÕES e do acompanhamento das condições do embarque e desembarque de veículos e passageiros, inclusive o acompanhamento e controle da formação de filas de espera nos TERMINAIS.

A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a comunicação direta do CCO com todas as TRAVESSIAS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS, com a finalidade de garantir a prestação adequada dos serviços, a segurança e o conforto dos USUÁRIOS da CONCESSÃO. Para as TRAVESSIAS litorâneas a comunicação deverá ser realizada pelo sistema de radiocomunicação. Para as TRAVESSIAS metropolitanas e do reservatório de Paraibuna a CONCESSIONÁRIA deverá implementar um sistema de rádio comunicação que integre as operações dessas TRAVESSIAS ao CCO, tendo, uma vez aprovada a proposta, 90 (noventa) dias para sua implantação.

A CONCESSIONÁRIA deverá operar e manter um sistema de comunicação com os USUÁRIOS por meio de sistema de telefonia tipo 0800, de sítio eletrônico e de aplicativo para telefonia móvel, que deverão oferecer informações sobre a operação das diversas TRAVESSIAS, entre as quais: tarifas, horários, condições operacionais e tempos de espera para embarque.

A CONCESSIONÁRIA poderá optar entre (i) assumir os sistemas de comunicação existentes operados pelo DEPARTAMENTO HIDROVIÁRIO ou (ii) estruturar novos sistemas de telefonia e de comunicação por sítio eletrônico e aplicativo para dispositivos

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

eletrônicos. A eventual assunção aos sistemas de comunicação existentes pela CONCESSIONÁRIA implicará na sub-rogação de contratos firmados pelo DEPARTAMENTO HIDROVIÁRIO.

Informações operacionais gerais sobre o tempo de espera, condições de navegação, clima e quantidade de EMBARCAÇÕES em operação deverão também estar disponíveis aos USUÁRIOS das balsas em Painéis de Mensagens Variáveis (PMV), instalados nas principais vias de chegada aos bolsões de acesso às balsas, conforme especificado neste ANEXO.

A CONCESSIONÁRIA deverá indicar, quando da elaboração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, eventuais atualizações e complementações dos sistemas operacionais do CCO detectadas durante a FASE DE TRANSIÇÃO, as quais deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA em até 90 (noventa) dias contados a partir da data de aprovação pela ARTESP, não impactando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

2.1.4. EMBARCAÇÕES

A frota de EMBARCAÇÕES existente e operando nas TRAVESSIAS é apresentada no ANEXO 2 e APÊNDICE 2.

A alocação da frota mencionada no ANEXO 2 e APÊNDICE 2 reflete a condição observada em janeiro de 2024 e é meramente indicativa e referencial, podendo ser objeto de ajustamento pela CONCESSIONÁRIA, considerando a utilização de arrendamento de EMBARCAÇÕES, para cumprimento das frequências horárias de cada TRAVESSIA constantes da PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL, apresentada no item 2.2.1 e os parâmetros operacionais estabelecidos no ANEXO 8.

A CONCESSIONÁRIA deverá, sob sua exclusiva responsabilidade, a partir da data da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, , providenciar a obtenção e manter válidas todas autorizações, certificados e documentos necessários para operação das EMBARCAÇÕES solicitadas pela Marinha do Brasil ou por qualquer outra autoridade competente para a navegação durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 21.1, inciso LXV do CONTRATO, atendendo a toda a normatização da Diretoria de Portos e Costas, em especial a NORMAM 02/DPC, alterada pela Portaria nº 103/DPC, de abril de 2020, que regula a segurança da navegação, e às Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos de São Paulo (NPCP-SP), que contemplam as regras e procedimentos para a navegação segura nas áreas do Porto de Santos e de São Sebastião.

A CONCESSIONÁRIA também deverá assegurar, a partir da data de emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, que as EMBARCAÇÕES alocadas a cada TRAVESSIA estejam aptas a operar de acordo com a PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL. Deverá também indicar frota reserva que deverá ser utilizada na substituição das EMBARCAÇÕES em manutenção, que deverá estar à disposição da CONCESSIONÁRIA para atendimento de padrões de segurança e INDICADORES DE DESEMPENHO.

A partir da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, as EMBARCAÇÕES deverão ser mantidas em boas condições operacionais, com manutenção apropriada, Certificado de Segurança da Navegação válido, com a tripulação estipulada no Cartão de Tripulação de Segurança para cada balsa ou lancha e com apólice de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por Suas Cargas – DPEM em vigor.

As EMBARCAÇÕES devem dispor de equipamentos e acessórios de segurança, em quantidade suficiente para passageiros e tripulantes, com acesso facilitado e devidamente sinalizado, conforme determinação da Autoridade Marítima e em atenção à toda a normatização da Diretoria de Portos e Costas, em especial a NORMA 02/DPC, alterada pela Portaria nº 103/DPC, de abril de 2020, que regula a segurança da navegação, e às Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos de São Paulo (NPCP-SP), que contemplam as regras e procedimentos para a navegação segura nas áreas do Porto de Santos e de São Sebastião.

Independente das exigências da Capitania dos Portos de São Paulo, todas as EMBARCAÇÕES utilizadas no SISTEMA DE TRAVESSIAS, deverão possuir os equipamentos relacionados a seguir, no intuito de contribuir com a segurança da navegação:

- I. GPS (*Global Positioning System*);
- II. AIS (*Automatic Identification System*);
- III. Radar; e
- IV. Equipamento de comunicação VHF (*Very High Frequency*).

2.1.5. INFRAESTRUTURA – TERMINAIS E ESTALEIROS

A partir do fim da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA assumirá a operação de todos os TERMINAIS existentes nas TRAVESSIAS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS, apresentados no ANEXO 2.

A CONCESSIONÁRIA também deverá operar os ESTALEIROS existentes no SISTEMA DE TRAVESSIAS também relacionados no ANEXO 2.

Para os TERMINAIS e ESTALEIROS, a CONCESSIONÁRIA deverá tomar as providências necessárias para:

- I. recuperar as estruturas marítimas e da infraestrutura dos TERMINAIS e ESTALEIROS, conforme disposto no Capítulo III deste ANEXO; e
- II. atender as ações apresentadas no ANEXO 4, visando à regularização de suas operações.

A CONCESSIONÁRIA deverá também providenciar a adequação do sistema de embarque/desembarque de passageiros e veículos nos TERMINAIS, segregando os fluxos de passageiros e veículos para garantir agilidade na operação, no prazo de até 12 (doze) meses após a emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir política de acesso expedito vigente para VEÍCULOS ISENTOS e veículos conduzidos por idosos nas TRAVESSIAS Santos – Guarujá e São Sebastião – Ilhabela, podendo inserir mecanismos similares nas demais TRAVESSIAS em que houver espaço operacional para tanto. Mediante aprovação da ARTESP, nos termos do item 6.3 do ANEXO 5, a CONCESSIONÁRIA poderá inserir novas categorias em sua política de acesso expedito.

2.1.6. PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL

Até o fim da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA,, considerando o disposto no item 2.2.1 deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP a PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL para o ano subsequente (ou sempre que necessário), ajustada à demanda prevista e aos INVESTIMENTOS apresentados no CAPÍTULO III deste ANEXO, respeitando os parâmetros operacionais relacionados nos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 8.

A PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL, de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, deverá ser apresentada com uma antecedência de 60 (sessenta) dias antes do seu início, com as devidas justificativas técnicas para a sua formulação, e será a adotada pela ARTESP para efeitos da fiscalização a ser feita nas TRAVESSIAS durante o período de sua vigência, com base nos INDICADORES DE DESEMPENHO.

A PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL deverá ser elaborada considerando os seguintes períodos, indicando a quantidade de viagens a serem realizadas em cada TRAVESSIA:

- I. Dias úteis;
- II. Fins de semana;
- III. Feriados ou períodos de movimentação extraordinária.

As definições de dias úteis e fins de semana encontram-se apresentadas no item 2.2.1 deste ANEXO.

Qualquer alteração na PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL apresentada deverá ser comunicada pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devidamente justificada, com dados que demonstrem o atendimento aos critérios operacionais e à atratividade do serviço e os benefícios que dela advirão para os USUÁRIOS.

Após a implantação da nova PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL e no decorrer de sua vigência, a ARTESP poderá determinar adequações operacionais na sua execução em função de análises dos INDICADORES DE DESEMPENHO. Essas adequações serão apresentadas e discutidas com a CONCESSIONÁRIA antes de serem implementadas.

Além da comunicação à ARTESP, toda e qualquer alteração operacional deverá ser amplamente comunicada na região de influência da TRAVESSIA, além de ter avisos fixados nos TERMINAIS que atendem a ligação que sofrerá a alteração, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, conforme procedimentos específicos fixados pela ARTESP.

A PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL deverá conter a política de acesso de acordo com regramentos emitidos pelo PODER CONCEDENTE, compreendida por entrada facilitada através de corredor exclusivo, considerada pela CONCESSIONÁRIA para VEÍCULOS ISENTOS e veículos com prioridade por lei para a TRAVESSIA Santos – Guarujá e São Sebastião – Ilhabela. A CONCESSIONÁRIA poderá, mediante aprovação da ARTESP, incluir em sua política de acesso diferenciado outras categorias de modais de transporte, nos termos dos itens 6.3 e 10.1 do ANEXO 05, bem como aplicá-la em outras TRAVESSIAS, caso seja operacionalmente possível sempre respeitando os regramentos emitidos pelo PODER CONCEDENTE.

2.1.6.1. PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL APÓS ETAPA DE OBRAS

Conforme estabelecido neste anexo, a CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação de diversas obras e melhorias nos TERMINAIS, acessos, bolsões e píeres de embarque e desembarque e, também pela aquisição de novas EMBARCAÇÕES para a operação das TRAVESSIAS.

Essas obras, melhorias e aquisições de novas EMBARCAÇÕES caracterizam uma Etapa de “Operações com Obras”, cujo cronograma de implantação varia para cada travessia.

Espera-se que com esses investimentos a CONCESSIONÁRIA ofereça serviços com acentuada melhora na qualidade. Para isso, o PLANEJAMENTO OPERACIONAL deverá adequar-se às novas demandas e exigências dos usuários

Dessa forma, a seguir são apresentadas as tabelas com a PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL mínima a ser obedecida para cada travessia, após a conclusão dessa fase, sem prejuízo de a CONCESSIONÁRIA propor ajustes adicionais para atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 8.

Para os dias em que haja previsão de uma maior movimentação, considerado, no mínimo, os finais de semana de meses de alta temporada e feriados, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP, para aprovação, com antecedência mínima de 15 dias, a PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL a ser implantada. A PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL deverá conter as demandas horárias previstas, a grade horária das EMBARCAÇÕES que irão operar e os intervalos de saída previstos.

Tabela 14: Programação Operacional 6º Ano
Travessia São Sebastião – Ilhabela (Balsas)

SÃO SEBASTIÃO / ILHABELA (BALSA PARA VEÍCULOS E PEDESTRES)	ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO (BALSA PARA VEÍCULOS E PEDESTRES)
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
0h00	0h00
1h00	0h30
2h00	1h30
3h00	2h30
4h00	3h30
5h00	4h30
Das 5h30 às 23H30 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min	5h30
	Das 6h00 às 23H30 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min

Tabela 15: Programação Operacional 6º Ano
Travessia São Sebastião – Ilhabela (Lanchas)

SÃO SEBASTIÃO / ILHABELA (LANCHA PARA PEDESTRES E CICLISTAS)	ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO (LANCHA PARA PEDESTRES E CICLISTAS)
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
Das 6h00 às 20h00 - Saídas a cada 45 minutos	Das 6h30 às 20h30 - Saídas a cada 45 minutos

Tabela 16: Programação Operacional 6º Ano
Travessia Santos - Guarujá

SANTOS / GUARUJÁ		
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS	DOMINGOS E FERIADOS
Das 0h00 até as 5h00 - saídas a cada 30 min	Das 0h00 até as 6h30 - saídas a cada 30 min	Das 0h00 até as 5h30 - saídas a cada 30 min
Das 6h30 às 20h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 10 min	Das 9h00 até as 20h30 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 10 min	Das 9h00 até as 21h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 10 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 15 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 10 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 15 min

**Tabela 17: Programação Operacional 5º Ano
Travessia Santos – Vicente de Carvalho (Lanchas)**

VICENTE DE CARVALHO / SANTOS		
2ª A 6ª FEIRA	SÁBADOS	DOMINGOS E FERIADOS
Das 00h00 às 2h00 - saídas a cada 40 minutos	Das 00h00 às 2h00 - saídas a cada 40 minutos	Das 00h00 às 2h00 - saídas a cada 40 minutos
2h30	2h30	2h30
3h30	3h30	3h30
4h20	4h20	4h20
Das 5h00 às 8h24 - saídas a cada 10 minutos	Das 5h00 às 8h24 - saídas a cada 10 minutos	Das 5h00 às 22h40 - saídas a cada 15 minutos
Das 8h40 às 16h00 - saídas a cada 15 minutos	Das 8h40 às 22h40 - saídas a cada 15 minutos	23h00
Das 16h12 às 19h00 - saídas a cada 10 minutos	23h00	23h30
Das 19h15 às 20h00 - saídas a cada 12 minutos	23h30	24h00
Das 20h20 às 22h40 - saídas a cada 15 minutos	24h00	
23h00		
23h30		
24h00		

**Tabela 18: Programação Operacional 4º Ano
Travessia Bertioiga – Guarujá**

BERTIOGA / GUARUJÁ	GUARUJÁ / BERTIOGA
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
Das 6h30 até as 13h30 - saídas a cada 15 min	Das 6h30 até as 13h30 - saídas a cada 15 min
Das 16h30 às 18h30 - Saídas a cada 15 min	Das 16h30 às 18h30 - Saídas a cada 15 min
Demais horários - Saídas a cada 40 min	Demais horários - Saídas a cada 40 min

Tabela 19: Programação Operacional 5º Ano
Travessia Cananéia – Ilha Comprida

CANANEIA / ILHA COMPRIDA	ILHA COMPRIDA / CANANEIA
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
00h00	00h15
00h30	00h45
2h00 às 6h00 - saídas a cada 1 hora	2h15 às 6h15 - saídas a cada 1 hora
6h00 às 9h00 - saídas a cada 30 min	6h15 às 9h15 - saídas a cada 30 min
9h00 às 10h30 - saídas a cada 45 min	9h15 às 10h45 - saídas a cada 45 min
10h30 às 14h00 - saídas a cada 30 min	10h45 às 14h15 - saídas a cada 30 min
14h00 às 15h30 - saídas a cada 45 min	14h15 às 15h45 - saídas a cada 45 min
15h30 às 20h00 - saídas a cada 30 min	15h45 às 20h15 - saídas a cada 30 min
20h00 às 23h00 - saídas a cada 45 min	20h15 às 23h15 - saídas a cada 45 min

**Tabela 20: Programação Operacional 4º Ano
Travessia Iguape – Juréia**

IGUAPE / JURÉIA		JURÉIA / IGUAPE	
2ª A 6ª FEIRA	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS	2ª A 6ª FEIRA	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
	00h00	Da 0h15 às 2h15 - saídas a cada 30 minutos	Da 0h15 às 2h15 - saídas a cada 30 minutos
Da 00h00 às 2h30 - saídas a cada 30 minutos	Da 1h00 às 2h30 - saídas a cada 30 minutos	3h15	3h15
3h30	3h30	4h15	4h15
4h30	4h30	5h15	5h15
5h30	5h30	Das 6h15 às 20h15 - saídas a cada 25 minutos	Das 6h15 às 23h45 - saídas a cada 25 minutos
Das 6h30 às 20h30 - saídas a cada 25 minutos	Das 6h30 às 20h30 - saídas a cada 25 minutos	21h15	
21h30	21h30	22h15	
22h30	22h00	23h15	
23h30	22h30	23h45	
	23h00	23h45	
	23h30		
	23h30		

**Tabela 21: Programação Operacional 4º Ano
Travessia Cananéia – Continente**

CANANÉIA / CONTINENTE	CONTINENTE / CANANÉIA
TODOS OS DIAS	TODOS OS DIAS
7h00 às 11h30 - saídas a cada 45 min	7h15 às 11h45 - saídas a cada 45 min
17h00 às 20h00 - saídas a cada 45 min	17h15 às 20h15 - saídas a cada 45 min
Demais horários saídas a cada 1 hora	Demais horários saídas a cada 1 hora

**Tabela 22: Programação Operacional 4º Ano
Travessia Cananéia - Ariri**

CANANÉIA / ARIRI				ARIRI / CANANÉIA			
Dia	Cananéia	Marujá	Ariri	Dia	Ariri	Marujá	Cananéia
2ª feira	13h00	13h30	15h30	2ª feira	8h00	10h00	10h30
3ª feira	-	-	-				
4ª feira	8h00	8h30	10h30	4ª feira	13h00	15h00	15h30
5ª feira				5ª feira	-	-	-
6ª feira	13h00	13h30	15h30	6ª feira	8h00	10h00	10h30
Sábado	8h00	8h30	10h30	Sábado	-	-	-
Domingo				Domingo	16h00	18h00	18h30

**Tabela 23 Programação Operacional 6º Ano
Travessia João Basso – Riacho Grande**

JOÃO BASSO / RIACHO GRANDE	
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
Das 1h00 até as 5h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min	Das 1h00 até as 6h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min
Das 7h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 15 min	Das 9h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 15 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 25 min

**Tabela 24: Programação Operacional 6º Ano
Travessia Taquacetuba – Bororé**

TAQUACETUBA / BORORÉ	
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
Das 22h00 até as 5h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min	Das 1h00 até as 6h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min

**Tabela 5: Programação Operacional 6º Ano
Travessia Bororé – Grajaú**

BORORÉ / GRAJAÚ	
DIAS ÚTEIS	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS
Das 1h00 até as 5h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min	Das 1h00 até as 6h00 -Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 60 min
Das 7h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 15 min	Das 9h00 às 19h00 - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 15 min
Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 30 min	Demais horários - Saídas conforme demanda, observando um intervalo máximo de 20 min

2.2. SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

2.2.1. CONCEITOS BÁSICOS

Os serviços correspondentes a funções operacionais deverão ser auxiliados por um sistema de telecomunicações composto por um Sistema de Transmissão de Dados, responsável por interligar os vários sistemas instalados no SISTEMA DE TRAVESSIAS LITORÂNEAS e futuramente aos SISTEMAS DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS E DO RESERVATÓRIO DE PARAIBUNA ao CCO e às Salas de Controle.

Por sua vez, o CCO, com apoio das Salas de Controle, deverá coordenar e controlar todas as funções operacionais de um sistema de comunicação com o USUÁRIO, nos termos desta seção.

O dimensionamento e prazos para a implantação de todos esses sistemas estão previstos no item 2.9.

Para todos os itens descritos nesta seção, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema digital de cadastro, gerenciamento e consulta de dados via web, com integração e alinhamento com o Centro de Controle de Informações (CCI) da ARTESP.

2.2.2. SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SAC)

A CONCESSIONÁRIA será responsável pela revitalização, complementação, operação e manutenção dos sistemas e equipamentos do Sistema de Atendimento ao Consumidor (SAC) no SISTEMA DE TRAVESSIAS

A CONCESSIONÁRIA deverá constituir sistema definitivo de telefonia tipo 0800, o qual ficará disponível aos USUÁRIOS 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, inclusive feriados e fins de semana, devendo observar as regras de cortesia e cordialidade com os USUÁRIOS.

Em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, via CCO, o acesso ao banco de dados do sistema de telefonia tipo 0800, incluindo todas as informações operacionais, e com interligação em tempo real online à ARTESP.

2.2.3. SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE DADOS

A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação, complementação, revitalização, operação e manutenção dos sistemas e equipamentos constituintes do Sistema de Transmissão de Dados, responsável por interligar os vários sistemas instalados em cada TRAVESSIA ao CCO.

O sistema de transmissão de dados deverá ter arquitetura disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive finais de semana e feriados, que permita cobertura de todos os pontos geradores de dados e informações do SISTEMA DE TRAVESSIAS LITORÂNEAS, METROPOLITANAS E PARAIBUNA, utilizando-se de tecnologia atualizada e capaz de atender à demanda requisitada sem perda de desempenho.

Deve possibilitar a coleta, o tratamento, o processamento e a transmissão, bem como o acesso a essas informações em tempo real, a partir do CCO da CONCESSIONÁRIA, de acordo com as normas e parâmetros de desempenho estabelecidos pela ARTESP.

A CONCESSIONÁRIA deverá possuir sistema de gerenciamento de falhas, desempenho, configuração e segurança da rede de transmissão de dados.

Qualquer falha nos equipamentos ou no sistema com impacto relevante à operação deve ser comunicada à ARTESP no prazo máximo de 2 (duas) horas. Operações de emergência ou de correções de tratamento imediato deverão ser comunicadas à ARTESP imediatamente. Tais comunicações deverão contemplar todas as iniciativas necessárias para o reestabelecimento da operação normal do serviço.

Quaisquer intervenções que sejam decorrentes de manutenção corretiva, programadas ou não, e operações especiais decorrentes da ocorrência de fatores climáticos, acidentes, caso fortuito e/ou força maior, inexigibilidade de conduta diversa, ou outras listadas pela ARTESP, deverão ser comunicadas à ARTESP em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do conhecimento da CONCESSIONÁRIA sobre a necessidade da intervenção.

A implantação e operação definitiva do Sistema de Transmissão de Dados deverá ser feita em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

Os dados e informações gerados no SISTEMA DE TRAVESSIAS, observarão as disposições contidas no CONTRATO, nas normas emitidas pela ARTESP e na Lei Federal nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, de 14 de agosto de 2018, e alterações.

2.2.4. CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL (CCO)

A CONCESSIONÁRIA será responsável pela atualização, melhoramento, adequação, operação e manutenção do CCO (edificação, sistemas e equipamentos) de forma a atender integralmente e simultaneamente a todos requisitos estabelecidos.

O CCO deverá exercer o monitoramento rotineiro da operação no SISTEMA DE TRAVESSIAS LITORÂNEAS E METROPOLITANAS, coordenar e controlar o sistema de comunicação com o USUÁRIO, inclusive por painéis de mensagens variáveis instalados nas TRAVESSIAS.

O CCO deverá funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados e ser operado por pessoal qualificado e dispor de sistemas e banco de dados operacionais, destinado a alimentar um sistema de informações online da ARTESP, adequado às necessidades operacionais do SISTEMA DE TRAVESSIAS, incluindo, entre outros, sistemas de comunicação com os USUÁRIOS, sistemas de rádio comunicação, sistema de monitoramento por CFTV, sistema de telemetria para monitoramento de EMBARCAÇÕES, sistema de controle de manutenção e sistema de controle e arrecadação.

A forma de entrega pela CONCESSIONÁRIA das informações inerentes aos sistemas do CCO, bem como a forma de integração aos sistemas da ARTESP, deverá obedecer aos procedimentos, tecnologias e interfaces formalmente definidas pela ARTESP.

Quando forem detectadas falhas em equipamento ou sistema que compõem o CCO com impacto relevante à operação, a CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo máximo de 2 (duas) horas, informar à ARTESP e restaurar a sua funcionalidade em até 48 (quarenta e oito) horas. A operação do CCO deverá atender aos padrões de serviço definidos pela ARTESP.

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, complementar e operar o CCO, de forma definitiva, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

2.2.5. COMUNICAÇÃO POR SÍTIO ELETRÔNICO E POR APLICATIVO

A CONCESSIONÁRIA deverá operar e manter um sistema de comunicação aos USUÁRIOS por meio de sítio eletrônico e por aplicativo para dispositivos eletrônicos, com informações sobre a operação nas diversas TRAVESSIAS, dentre as quais:

- I. tempo de espera para o embarque;
- II. quantidade de EMBARCAÇÕES em operação;
- III. condições climáticas;
- IV. mensagens informativas;
- V. câmeras com imagens das TRAVESSIAS;
- VI. horários de funcionamento;
- VII. TARIFAS; e
- VIII. contatos e endereços.

A CONCESSIONÁRIA poderá optar entre assumir os sistemas existentes operados pelo PODER CONCEDENTE ou estruturar novos sítios eletrônicos e aplicativos.

No caso de estruturação de novos sítios eletrônicos e aplicativos, a CONCESSIONÁRIA terá até 90 (noventa) dias, contados da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, para implementar os novos sistemas de comunicação, mantendo em operação nesse período os sistemas existentes, sem perda de informações aos USUÁRIOS e à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE.

A CONCESSIONÁRIA deverá promover a atualização contínua do sistema, incorporando novas funcionalidades para facilitar e melhorar a comunicação com os USUÁRIOS das TRAVESSIAS, inclusive através de API (*Application Programming Interface*) para interação com sistemas externos. O sistema deverá funcionar durante

24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive feriados e fins de semana, no SISTEMA DE TRAVESSIAS.

2.2.6. SISTEMA DE PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS (PMV)

A CONCESSIONÁRIA, a partir do fim do período de OPERAÇÃO ASSISTIDA, nos termos do item deste ANEXO, será responsável pela revitalização, operação e manutenção do sistema de painéis de mensagens variáveis (PMV) existentes. Além de implantações adicionais, quando da execução dos TERMINAIS nas TRAVESSIAS de São Sebastião, Ilhabela, Vicente de Carvalho, Santos-Praça da República.

Os PMV têm por finalidade transmitir, de forma clara e sucinta, informações e orientações aos USUÁRIOS das TRAVESSIAS. As mensagens a serem veiculadas pelos PMV podem ser classificadas em:

- I. Mensagens de advertência;
- II. Mensagens de orientação; e
- III. Mensagens institucionais.

As mensagens de advertência têm por objetivo alertar os USUÁRIOS sobre condições adversas nas TRAVESSIAS (acidentes, neblina, atrasos etc.), sendo que tais mensagens devem ser veiculadas com o conteúdo informativo devido, em locais apropriados, por meio do PMV e, ainda, pelos demais meios disponíveis, tais como sítio eletrônico e aplicativo, que permitam, na medida do possível e do razoável e diante das condições informadas, a tomada de decisão pelo USUÁRIO quanto à utilização da TRAVESSIA impactada.

As mensagens de orientação têm por objetivo educar os USUÁRIOS para um comportamento adequado na utilização da TRAVESSIA.

As mensagens institucionais visam a fornecer informações de interesse da ARTESP ou da CONCESSIONÁRIA a respeito de melhorias implantadas, objetivos alcançados e metas a serem atingidas na operação, conservação e ampliação do Sistema, entre outras.

A operação dos PMV, incluindo aspectos como frequência de atualização e tipos de mensagens prioritárias, deverá seguir o regramento estabelecido pela ARTESP por meio das suas especificações técnicas vigentes.

Os PMV serão de dois tipos:

- I. Fixo, instalado em estrutura fixa; e
- II. Móvel, instalado em reboque ou semirreboque próprio.

As mensagens dos PMV fixos serão veiculadas a partir do CCO, que terá controle *online* sobre todos esses equipamentos instalados no SISTEMA DE TRAVESSIAS.

2.2.6.1. PAINEL DE MENSAGEM VARIÁVEL FIXO

Os PMV do tipo fixo deverão atender aos seguintes requisitos:

- I. as mensagens veiculadas devem ser visíveis e compreensíveis a uma distância mínima de 300 (trezentos) metros com tempo limpo, seco e com sol a pino;
- II. o índice de luminosidade do painel deverá ser automaticamente ajustado em função do ambiente;
- III. equipamento modular, que permita a substituição de componentes para fins de manutenção;

- IV. apresentar no mínimo 2 (duas) linhas para mensagens, sendo que algumas mensagens poderão ser compostas em linha única, com o dobro da caixa do caractere;
- V. caractere com caixa mínima de 45 (quarenta e cinco) centímetros de altura;
- VI. cada linha deverá apresentar um mínimo de 15 (quinze) caracteres;
- VII. conter modos de apresentação fixo, piscante, sequencial, brilhante.

Para fins de operação, os PMV fixos serão considerados:

- I. não operacionais durante o tempo em que não estiverem veiculando mensagens;
- II. inoperantes caso apresentem *leds* com mau funcionamento ou “apagados”; e
- III. inoperantes caso a comunicação com o CCO esteja interrompida, impedindo que as mensagens veiculadas sejam atualizadas.

Os PMV fixos deverão dispor de um sistema de controle central, instalados no CCO, que será responsável pelo gerenciamento dos painéis em campo, e de todos os recursos necessários para acompanhar a operação, bem como identificar falhas nos PMV e emitir alarmes aos seus operadores.

O sistema de controle central deve disponibilizar funcionalidades que permitam, no mínimo:

- I. programação para apresentação automática de mensagens em horários pré-estabelecidos;
- II. rotina para monitoração de pontos apagados;
- III. rotina para monitoração das mensagens veiculadas;

- IV. relatório, a pedido do operador, das mensagens veiculadas discriminadas por painel e por faixa horária;
- V. edição e veiculação de mensagens a qualquer instante; e
- VI. armazenamento de 200 (duzentas) mensagens.

Os equipamentos devem ser cadastrados nos sistemas de cadastro da ARTESP por meio dos procedimentos e interfaces formalmente definidos pela ARTESP.

Os PMV fixos devem suportar telemetria integrada aos sistemas da ARTESP de forma a possibilitar a consulta remota e em tempo real do estado operacional dos equipamentos pela Agência. As informações de telemetria entregues pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP devem refletir a disponibilidade de comunicação entre o CCO e os PMV.

Além das informações de telemetria, a CONCESSIONÁRIA deverá alimentar os sistemas da ARTESP com informações sobre as mensagens veiculadas pelos PMV, possibilitando consulta remota e em tempo real.

A forma de disponibilização pela CONCESSIONÁRIA dos dados de telemetria e informações sobre mensagens dos equipamentos, e a forma de integração aos sistemas da ARTESP deverão obedecer integralmente aos procedimentos, tecnologias e interfaces formalmente definidas pela ARTESP.

A qualquer momento a ARTESP poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA alimente os sistemas da ARTESP com informações adicionais sobre a operação dos equipamentos, conforme procedimentos e interfaces semelhantes aos que a CONCESSIONÁRIA estiver utilizando.

2.2.6.2. PAINEL DE MENSAGEM VARIÁVEL MÓVEL

O PMV móvel deverá ser instalado em reboque ou semirreboque próprio e apresentar as seguintes características mínimas:

- I. ser visível e compreensível a uma distância mínima de 300 (trezentos) metros com tempolimpo, seco e com sol a pino;
- II. apresentar um mínimo de 2 (duas) linhas para mensagens, sendo que algumas mensagens poderão ser compostas em linha única, com o dobro da caixa do caractere;
- III. caractere com caixa mínima de 37 (trinta e sete) centímetros de altura;
- IV. cada linha deverá apresentar um mínimo de 7 (sete) caracteres;
- V. apresentar modos de apresentação fixo, piscante e sequencial;
- VI. possuir mensagens *standard*;
- VII. módulo de controle para configurar a sinalização a ser apresentada; e
- VIII. alimentação elétrica própria, com autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação ininterrupta.

Os PMV móveis serão considerados como inoperantes caso apresentem *leds* com mau funcionamento ou “apagados”.

Estes equipamentos devem ser utilizados para informar aos USUÁRIOS mensagens de advertência e para comunicar condições adversas, de forma a permitir, na medida do possível e do razoável, a reação do USUÁRIO na tomada de decisão quanto à utilização da TRAVESSIA impactada.

A qualquer momento, todos os equipamentos existentes deverão estar operacionais e prontos para a utilização.

A Concessionária deverá, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, tomar todas as providências necessárias para realizar eventuais ajustes no sistema de PMV existente para atender às especificações apresentadas acima.

2.2.7. OUVIDORIA E DEMAIS CANAIS DE RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar e manter em plena operação e dentro dos padrões estabelecidos, a seguir especificados, em até 60 (sessenta) dias após a data da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, uma Ouvidoria e Canais de Relacionamento com os USUÁRIOS de acordo com a legislação vigente e com as normas, regulamentos e portarias da ARTESP, nos termos do CONTRATO.

A Ouvidoria da CONCESSIONÁRIA deverá:

- I. receber, processar e analisar as manifestações e sugestões dos USUÁRIOS ou de terceiros afetados pela prestação dos serviços delegados, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações/sugestões perante a CONCESSIONÁRIA, formulando resposta no prazo de 20 (dias) dias úteis, a contar da data da manifestação/sugestão, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que devidamente justificado;
- II. elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as manifestações e sugestões, indicando i) o número de manifestações organizadas por assunto, ii) causas e motivos, iii) constatação de pontos

recorrentes e, com base nelas, apontar e sugerir melhorias na prestação dos serviços delegados;

- III. promover a participação dos USUÁRIOS nos assuntos de interesse da CONCESSÃO;
- IV. acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;
- V. propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;
- VI. auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os estabelecidos neste CONTRATO; e
- VII. propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do USUÁRIO, em observância às determinações deste CONTRATO e da legislação vigente; e promover a adoção de mediação e conciliação entre o USUÁRIO e a CONCESSIONÁRIA sem prejuízo de outros órgãos competentes.

O relatório de gestão deverá ser encaminhado à ARTESP e disponibilizado em sítio eletrônico, com as informações inerentes à Ouvidoria e demais Canais de Relacionamento com o USUÁRIO, assegurando-se assim a mais ampla publicidade e controle social.

2.2.8. ATENDIMENTO A AUTORIDADES LOCAIS

A CONCESSIONÁRIA deverá, por meio do SISDEMANDA, possuir um canal de atendimento exclusivo às Autoridades Locais, compreendidas por representantes da Administração Pública municipal ou por especificação técnica em normativa emitida pela ARTESP de maneira superveniente. Os questionamentos das Autoridades Locais deverão ser respondidos, pela CONCESSIONÁRIA, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua submissão. A ARTESP deverá ter acesso aos questionamentos enviados pelas Autoridades Locais já no momento de sua submissão, assim como deverá ser imediatamente informada da resposta dada pela CONCESSIONÁRIA às autoridades.

2.3. SISTEMA DE MONITORAÇÃO DA OPERAÇÃO

2.3.1. SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO (SIGO)

Até o final da etapa de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar o Sistema Informatizado de Gestão da Operação (SIGO), que passará a ter essa designação em substituição ao sistema atual, sujeito às penalidades dispostas no ANEXO 11.

Compete exclusivamente à CONCESSIONÁRIA, no prazo estabelecido, proceder a uma análise do sistema de monitoração da operação vigente, com o objetivo de substituí-lo ou aproveitá-lo em parte, na implantação do Sistema Informatizado de Gestão da Operação (SIGO).

O Sistema Informatizado de Gestão da Operação (SIGO) deverá auxiliar as funções operacionais afetas às TRAVESSIAS executadas em ambiente terrestres ou aquáticos, através de equipamentos instalados nos TERMINAIS, praças de manobra, acessos e EMBARCAÇÕES e integrados ao CCO e às Salas de Controle, através de transmissão de dados em tempo real.

No CCO e Salas de Controle, os dados informados pelos equipamentos que compõem o Sistema Informatizado de Gestão da Operação (SIGO) deverão ser apresentados aos operadores por meio de imagens ou outro tipo de visualização capaz de fornecer todos os dados necessários para o perfeito acompanhamento da operação nas TRAVESSIAS.

O Sistema Informatizado de Gestão da Operação (SIGO), sem a isto se limitar, deverá monitorar os eventos afetos à operação, possibilitar a coleta e processamento de dados para a apuração dos ÍNDICES DE DESEMPENHO, bem como estar integrado à rede de comunicação do sistema de telecomunicações.

2.3.2. SISTEMAS DE MONITORAÇÃO POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV)

A CONCESSIONÁRIA será responsável pela Implantação, revitalização, operação e manutenção dos sistemas e equipamentos que compõem o Sistema de Monitoração por CFTV em todos os TERMINAIS do SISTEMA DE TRAVESSIAS.

Ajustes ao atual Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV deverão ser implantados em até 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA e deverão permitir, por meio do CCO, monitorar toda a operação e movimentação nas TRAVESSIAS por meio de imagens disponibilizadas em tempo real, inclusive no período noturno, com cobertura de 100% (cem por cento) da movimentação de veículos e passageiros nos TERMINAIS.

O Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV deverá prever a tecnologia de Análise Inteligente de Vídeo (IVA) com capacidade para analisar 100% (cem por cento) das imagens registradas por todos os equipamentos CFTV instalados.

As imagens serão gravadas e deverão permanecer armazenadas no CCO por um período mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias. Após esse período, as imagens deverão ser armazenadas pela CONCESSIONÁRIA por 5 (cinco) anos, podendo ser solicitadas pela ARTESP em qualquer momento dentro deste prazo.

A operação do sistema IVA deve atender integralmente aos requisitos e procedimentos estabelecidos pela ARTESP nas especificações técnicas vigentes.

Os equipamentos CFTV que compõem o Sistema de Monitoração de Tráfego devem permitir o monitoramento de toda a operação e movimentação nos TERMINAIS em

níveis operacionais compatíveis com os objetivos estabelecidos no CONTRATO e nos seus ANEXOS.

O sistema IVA deve possibilitar, dentre outras funções, a detecção automática de formação de filas deespera nos TERMINAIS, além dos parâmetros estabelecidos no ANEXO 8, alertando o CCO e a gerência do TERMINAL para a adoção das providências operacionais cabíveis.

Os alarmes emitidos devem ser analisados e armazenados juntamente às informações referentes aos dados necessários para a caracterização da ocorrência e da auditoria no banco de dados, para futura inspeção e avaliação da eficiência do sistema.

Todos os equipamentos CFTV que compõem o Sistema de Monitoração de Tráfego devem possuir asseguintes características mínimas:

- I. possuir controle à distância de movimentos horizontais, verticais e aproximação de imagem;
- II. possibilitar operação automática ou manual por meio de comandos do CCO, pelo operador;
- III. permitir monitoramento noturno com tecnologia infravermelho ou outra tecnologia comdesempenho equivalente ou superior;
- IV. ter sustentação compatível para que a câmera no zoom máximo não apresente interferência na imagem, pela vibração da sustentação; e
- V. câmeras com resolução mínima de 1920x1080 (*full HD*).

Os equipamentos devem ser cadastrados nos sistemas da ARTESP por meio dos procedimentos e interfaces formalmente definidos pela Agência e devem suportar

telemetria integrada aos sistemas da ARTESP, de forma a possibilitar a consulta remota e em tempo real do estado operacional dos equipamentos.

As informações entregues pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP devem refletir a disponibilidade de comunicação entre o CCO e o equipamento.

A CONCESSIONÁRIA também deverá possibilitar a visualização remota das imagens de todas as câmeras do Sistema CFTV em tempo real pela ARTESP, cabendo à CONCESSIONÁRIA a contratação de link de dados entre o CCO e o sistema da ARTESP, com capacidade para garantir a transmissão simultânea das imagens de, no mínimo, 4 (quatro) câmeras.

A forma de disponibilização, pela CONCESSIONÁRIA, dos dados de telemetria e imagens das câmeras, e a forma de integração aos sistemas da ARTESP deverão obedecer integralmente aos procedimentos, tecnologias e interfaces formalmente definidas pela ARTESP.

A qualquer momento a ARTESP poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA alimente os sistemas da ARTESP com informações adicionais sobre a operação dos equipamentos, conforme procedimentos e interfaces semelhantes aos que a CONCESSIONÁRIA estiver utilizando.

2.4. SISTEMA DE ARRECAÇÃO

2.4.1. CONCEITOS BÁSICOS

Os serviços de transporte aquaviário objeto do CONTRATO contemplam a operação de postos de arrecadação visando, durante o período em que permanecerão abertos, a) e

a cobrança de TARIFAS, o controle do tráfego de pessoas e veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados.

Em até 120 (cento e vinte) dias da data de emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, conforme estabelecido no ANEXO 6, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO TARIFÁRIA composto pelo Sistema de Monitoramento do Fluxo de Usuários, pelo Sistema Principal de Arrecadação, pelo Sistema de Cobrança Automática, pelo Sistema Hora Marcada e por demais sistemas de arrecadação e bilhetagem implantados de maneira superveniente.

Antes dos prazos apresentados nos itens 1.2.1 e 1.2.2 do ANEXO 6, a CONCESSIONÁRIA deverá, por si ou por terceiros, implantar Sistema de Monitoramento das Informações de Arrecadação (MIA), conforme determinado em especificação técnica da ARTESP e suas atualizações em normativa própria, que estabelece as normas para a padronização, implementação, operação e manutenção do referido MIA nos TERMINAIS do SISTEMA.

O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá contar com MIA implantado e em pleno funcionamento. O MIA deverá ser homologado e certificado pela ARTESP ou por órgão indicado, no que se refere às questões técnicas, bem como em relação ao fechamento financeiro. A homologação e certificação do sistema deverão ocorrer de acordo com o Quadro de Prazos do item 2.9.

O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá tornar todos os equipamentos e sistemas de comercialização de TARIFAS (aplicativo para dispositivo móvel, sites, TERMINAIS de venda de autoatendimento, cabines de cobrança, bilheterias físicas etc.) *online*.

O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá permitir que a ARTESP, de forma online, colete as informações diretamente do BANCO DE DADOS através de sistema de informações implementado pela CONCESSIONÁRIA às suas expensas, referente à cobrança das TARIFAS e à operação nos TERMINAIS e ESTALEIROS, para que sejam virtualmente transferidas à Sede da ARTESP e integradas ao CCI.

As atividades de validação de todas as informações do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO poderão ser realizadas remotamente, no Estado de São Paulo. No entanto, para fins de fiscalização da ARTESP, as informações deverão estar disponíveis, em tempo real, no CCO e nas Salas de Controle, por profissional capacitado para operação do Sistema.

Para todos os itens descritos nesta seção, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema digital de cadastro, gerenciamento e consulta de dados via *web*, com disponibilização de pares de usuário/senha para a ARTESP, bem como a integração e alinhamento ao CCI da ARTESP.

2.4.2. ESPECIFICAÇÕES PARA O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO será responsável pela gestão de cobrança das TARIFAS em todas as modalidades e plataformas indicadas no ANEXO 6, permitindo acesso à prestação de contas de forma *online* pela ARTESP.

No que couber, o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá atender a todos os requisitos de padronização do Estado de São Paulo, além daqueles definidos pela ARTESP e constantes da legislação vigente, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

Para todos os equipamentos existentes na infraestrutura do SISTEMA DE TRAVESSIAS, a coleta das informações deverá originar-se diretamente de sensores e ou equipamentos.

O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá prover acesso a todas as informações descritas no item 1.6 do ANEXO 6, para que o sistema MIA possa coletar os dados necessários. Todavia, não é permitida a publicização de dados por meio de *views*, *scripts*, *webservice* etc., ou seja, a coleta das informações diretamente das tabelas do banco de dados, conforme previsto no item 7.3 do Anexo 6.

O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá contar com um Sistema de Telemetria, atendendo às funcionalidades básicas e operacionais dos equipamentos de arrecadação com informações disponibilizadas nos TERMINAIS e ESTALEIROS.

O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá seguir, no que couber, o protocolo de comunicação de que trata a Resolução ARTESP nº 001/2014 ou superveniente.

2.4.2.1. ESPECIFICAÇÕES PARA O SISTEMA DE COBRANÇA AUTOMÁTICA E PARA O SISTEMA DE HORA MARCADA

a. Padronização

Caso a CONCESSIONÁRIA entenda como operacionalmente possível, o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá observar os requisitos de padronização existentes nas demais Concessões do Estado de São Paulo, além daqueles apresentados pela ARTESP e constantes da legislação vigente, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, excetuado o processo de padronização de que trata a Resolução SLT 13/2011, ou suas versões supervenientes, que deverá ser observado.

b. Comercialização

A CONCESSIONÁRIA deverá firmar contratos com as Operadoras do Sistema Automático (OSAs) ou equivalentes e com as Gestoras de Créditos ou Meios de Pagamento (GC), devidamente autorizadas pela ARTESP, viabilizando o embarque de veículos através de mecanismos de cobrança automática e semiautomática. O tempo de atualização das informações das passagens deverá atender à determinação da ARTESP e/ou legislação e regulamento vigentes durante todo o período de CONCESSÃO. O atendimento às normas de padronização pela CONCESSIONÁRIA deverá observar o disposto no item a) Padronização.

c. Premissas para Desenvolvimento do Projeto do Sistemas de Cobrança Automática, Semi automática e de Hora Marcada aplicáveis durante todo o período de CONCESSÃO.

As premissas a seguir configuram obrigação da CONCESSIONÁRIA para a adequação e viabilização, às suas expensas, da implantação de formas de cobrança automática de TARIFA e de cobrança mediante agendamento e pagamento prévio de usuário, à medida que integrem ou venham a integrar a política tarifária vigente ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO:

- I. aumentar a capacidade de vazão dos TERMINAIS;
- II. permitir a cobrança em função das características físicas dos veículos;
- III. permitir o pagamento antecipado para as modalidades de cobrança automática, semiautomática e de hora marcada (modalidade pré-pago e pós-pago), quando no uso do SISTEMADE TRAVESSIAS;
- IV. permitir o equacionamento logístico dos ativos operados pela CONCESSIONÁRIA decorrente da compra antecipada de TARIFAS (bilhetes eletrônicos) por usuários.

O projeto apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá, de acordo com a modalidade de cobrança, considerar a operação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, sem prejuízo da obrigação da CONCESSIONÁRIA em

adotar medidas operacionais complementares visando a segurança dos USUÁRIOS e fluidez do SISTEMA DE TRAVESSIAS e:

- I. inibir as tentativas de fraudes;
- II. registrar, de forma inequívoca, com dados e imagens, as violações ao sistema, veículos isentos, anomalias/discrepâncias e utilização irregular em todas as pistas de todas as TRAVESSIAS;
- III. possibilitar o cadastramento de toda a frota de veículos oficiais do Estado, e sua futura expansão, para fins de isenção da TARIFA;
- IV. apresentar facilidades de supervisão, controle, operação e manutenção;
- V. apresentar recursos operacionais para facilitar auditoria financeira, processual e criptográfica;
- VI. permitir integração e interoperacionalidade com outros sistemas já existentes;
- VII. disponibilizar, em tempo real, no CCO e nas Salas de Controle, informações sobre o fluxo de veículos (quantidade e tipo);
- VIII. permitir a fiscalização de dados de identificação dos veículos, conforme preconizado na legislação de trânsito e naval existente;
- IX. permitir modernização e escalabilidade (*upgrade*), sem necessidade de troca total do sistema, assegurando a capacidade de satisfazer novas necessidades ao longo de toda sua vida útil, como acomodar alterações de preços e acolher novos prestadores de serviços de mobilidade;
- X. ser flexível para inclusão de novas funções e controles;
- XI. atender aos programas de qualidade que venham a ser desenvolvidos pela ARTESP e/ou legislação vigente, participando, ativamente, em busca das metas definidas, observados os prazos, obrigações e riscos do CONTRATO aplicáveis;
- XII. promover a melhora da experiência dos USUÁRIOS através de recursos audiovisuais e outras inovações tecnológicas, tais como aplicativos para dispositivos móveis e painéis informativos, para instruir e informar os USUÁRIOS, em tempo real, sobre localização e horários, sem comprometer a

vazão do sistema. A aplicação dos recursos audiovisuais deverá seguir ao regramento estabelecido pelo PODER CONCEDENTE;

- XIII. apresentar recursos que sinalizem, local e remotamente, a ocorrência de quaisquer falhas no sistema;
- XIV. permitir telecomando;
- XV. validar todas as informações dos Sistemas Arrecadação nas dependências físicas da CONCESSIONÁRIA, no Estado de São Paulo; e
- XVI. garantir que nas cabines de acesso aos TERMINAIS o mesmo colaborador não desenvolva atividades distintas, simultaneamente.

O Sistema de Cobrança Automática deverá, ainda, passar pelo processo de padronização de que trata a Resolução SLT 13/2011 ou superveniente, bem como permitir a coleta de informações dos equipamentos de pista/praça para monitoramento *online*, disponibilizando:

- I. monitoramento através de corrente elétrica para os sistemas de alarme sonoro, alarme visual, indicador de tarifa (ITSL), semáforo de liberação e semáforo de marquise, semáforo de advertência, cancela, *loop*, sensor de rodagem dupla, sensor de eixos, sensor de eixo suspenso, sensores de detecção de entrada/saída de veículos (barreiras óticas ou similares), triedro (ou equipamento similar) etc.;
- II. monitoramento de ponto de rede ethernet através de *switch* existente dentro do *rack* de pista, configurado a operar em modo promíscuo, para os sistemas de antena AVI, *hardware* SLT, leitor semiautomático, leitor de cartões (PIN PAD), PC de via, triedro do tipo PMV, câmera VAS e câmera VES etc.;

As leituras de todos os sensores e/ou equipamentos deverão ser obtidas antes de sua entrada nas placas ou CLPs – Controladores Lógicos Programáveis de aquisição do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO.

2.4.2.2. AUDITORIA

A ARTESP realizará auditoria tecnológica e criptográfica nos *hardwares* e *softwares* de controle empregados para controlar e gerenciar as transações efetuadas no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO.

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar anualmente auditoria tecnológica e criptográfica com empresa independente, idônea e de notória especialização, e comunicar a ARTESP quando solicitado, apresentando os resultados ou dados sobre o avanço da auditoria.

2.4.2.3. DEVERES DE APOIO AOS SERVIÇOS NÃO DELEGADOS

A atividade de fiscalização de serviço de transporte aquaviário faz parte do conjunto de SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, permanecendo como atribuição exclusiva do Poder Público. Caberá à CONCESSIONÁRIA executar as atividades de suporte à fiscalização, as quais serão exercidas tanto nos TERMINAIS e ESTALEIROS quanto nas áreas navegáveis utilizadas pelas EMBARCAÇÕES do SISTEMA TRAVESSIAS.

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, de forma sistemática, análises sobre as ocorrências no SISTEMA TRAVESSIAS, sob sua administração, as quais serão objeto de reunião da Comissão de Segurança na Prestação dos Serviços (regrada no item 2.6.3 deste ANEXO), fornecendo informações às autoridades de segurança e fiscalização.

A CONCESSIONÁRIA não obstará o livre acesso a quaisquer áreas do SISTEMA DE TRAVESSIAS, para quaisquer autoridades competentes em seu livre exercício de fiscalização, seja de natureza náutica ou operacional.

2.5. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO ADEQUADO, SEGURANÇA E CONFORTO DOS USUÁRIOS

A exigência da prestação do SERVIÇO ADEQUADO está direcionada à plena satisfação dos USUÁRIOS, compatibilizando as responsabilidades administrativas e operacionais da CONCESSIONÁRIA com as necessidades e exigências da ARTESP. Nesse sentido a CONCESSIONÁRIA deverá congrega a mais moderna tecnologia em sistemas e serviços em conjunto com os mais elevados conceitos de organização empresarial.

O sistema de monitoração da operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS, concomitante com a prestação de atendimento aos USUÁRIOS faz parte do conjunto de funções operacionais destinadas a proporcionar segurança e conforto aos USUÁRIOS.

A CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar o atendimento aos parâmetros de avaliação que refletem as expectativas dos USUÁRIOS, consolidados pelas exigências na legislação vigente.

A prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS no SISTEMA DE TRAVESSIAS, será aferida por meio de INDICADORES DE DESEMPENHO descritos no ANEXO 8.

A CONCESSIONÁRIA, por meio de seus sistemas de informações e de monitoramento das operações, deverá gerar os dados e informações necessárias para a aferição pretendida, possibilitando amplo e facilitado acesso aos representantes credenciados da ARTESP e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme especificado no ANEXO 8 e no item 2.6 deste ANEXO.

2.5.1. PROGRAMA DE REDUÇÃO DE ACIDENTES – PRA

O programa de redução de acidentes (PRA) é um documento que contém estudos dos acidentes ocorridos no SISTEMA TRAVESSIAS, visando a segurança do USUÁRIO. Deverá ser realizado em um processo permanente e atualizado.

O PRA deve:

- I. ter seu foco voltado à redução da quantidade de acidentes e vítimas;
- II. apresentar diagnóstico pormenorizado dos acidentes ocorridos nos 3 (três) anos anteriores;
- III. conter a avaliação das causas e fatores que determinam as condições de segurança diagnosticadas;
- IV. propor e implantar ações para reduzir a quantidade e a gravidade de acidentes, identificando se atende às metas determinadas pela ARTESP e pelo PODER CONCEDENTE;
- V. apresentar cronograma para a realização das ações propostas; e
- VI. determinar indicadores de desempenho das ações propostas.

As ações a serem propostas no PRA podem ser de engenharia, operacional, educativa e coercitiva.

- I. as ações de engenharia deverão contemplar intervenções físicas (ampliações, sinalização etc.) identificadas nos estudos de segurança realizados pela CONCESSIONÁRIA e deverão ser voltadas à melhoria da segurança dos USUÁRIOS;
- II. as ações operacionais são dirigidas tanto a eventos programados (obras, transportes com produtos perigosos etc.), como de emergência (acidentes, deslizamentos, inundações, condições climáticas adversas etc.), de forma a garantir a segurança aos USUÁRIOS;

- III. as ações educativas são voltadas a instigar aos USUÁRIOS condutas comportamentais de segurança, devendo atingir não somente aos motoristas, pedestres e ciclistas usuários do sistema, mas também as comunidades do entorno integrantes do SISTEMA TRAVESSIAS, bem como promover simulados envolvendo todas as entidades públicas, governamentais e comunidades lindeiras. Essas ações deverão englobar campanhas, palestras, treinamentos, pesquisas etc;
- IV. as ações coercitivas de fiscalização são de competência dos agentes do PODER CONCEDENTE e da ARTESP. No entanto, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer informações e dados de acidentes e desobediência à legislação vigente, necessários ao planejamento dessas atividades, inclusive propondo ações conjuntas com demais entidades públicas e privadas, fundamentadas em estudos, informações, análises e necessidades advindas da operação.

O período de abrangência e entrega do PRA poderá ser alterado pela ARTESP mediante comunicação formal e/ou revisão da especificação técnica pertinente.

A CONCESSIONÁRIA deverá também apresentar um relatório mensal de acompanhamento do PRA conforme especificação técnica vigente a época da elaboração dos mesmos.

2.5.2. BANCO DE DADOS DE ACIDENTES

A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar à ARTESP um banco de dados de acidentes contendo todos os acidentes ocorridos no SISTEMA DE TRAVESSIAS, com indicações sobre sua natureza, tipo de veículo envolvido, conforme pertinência, horário, consequências geradas, georreferenciamento e outras informações, conforme modelo indicado pela ARTESP.

A CONCESSIONÁRIA deverá ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, às suas expensas, atender as especificações técnicas da ARTESP quanto à classificação e padronização das ocorrências, bem como dados mínimos a serem coletados e disponibilizados no CCI através de barramento de integração de dados.

2.5.3. COMISSÃO DE SEGURANÇA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONCESSIONÁRIA deverá instituir uma comissão de segurança na prestação dos serviços para tratar das questões de segurança do SISTEMA DE TRAVESSIAS, de sua responsabilidade.

A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de pelo menos um profissional com conhecimento na área de segurança na prestação dos serviços, o qual comporá a comissão.

A instituição da comissão envolve a comunicação à ARTESP da sua formação, bem como dos membros que a compõem. Qualquer alteração em sua composição deverá ser formalizada junto a ARTESP em até 30 (trinta) dias de sua ocorrência.

A comissão deverá estabelecer um regime interno, atendendo ao seguinte esquema de organização:

- I. ser integrada por, no mínimo, 4 (quatro) membros que façam parte do corpo técnico da CONCESSIONÁRIA, estando vinculados: um à área de obras/conservação, um à área de projeto/sinalização, um à área de operação e um à área de segurança ao usuário. A CONCESSIONÁRIA deverá ainda convidar um representante externo para participação;
- II. a comissão poderá integrar outros profissionais da CONCESSIONÁRIA ou consultores externos, como membros temporários, para consubstanciar os estudos;

- III. a comissão poderá estabelecer parcerias com pessoas externas à CONCESSIONÁRIA, para intercâmbio de informações;
- IV. os temas abordados, as equipes envolvidas, os estudos e os resultados obtidos deverão ser apresentados no PRA, da mesma forma, os temas programados para abordagem no período posterior deverão ser indicados no PRA.

A Comissão de Segurança na Prestação dos Serviços será a responsável por realizar ela mesma ou mediante subcontratação realizar treinamentos periódicos de profissionais da CONCESSIONÁRIA ou terceiros, com certificado de participação sobre salvatagem e primeiros socorros, para atendimento de normas de segurança náutica.

Bimestralmente, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARTESP, a ata das reuniões da Comissão realizadas no bimestre contendo os assuntos discutidos, os planos de ação definidos, bem como os resultados da análise sobre as ocorrências.

2.5.4. DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE (*COMPLIANCE*)

A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo previsto no CONTRATO e sem prejuízo aos termos dispostos na referida Cláusula, implementar e manter programa de conformidade (*compliance*) em seu âmbito, consistente em mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em prestígio à Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O programa de conformidade deverá ser elaborado observando a legislação aplicável, em especial: (i) a Lei Federal nº 12.846/2013; (ii) o Decreto Federal nº 8.420/2015; (iii) a Portaria CGU 909/2015; (iv) o Manual Prático de Avaliação de Programa de Integridade

em Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, no que aplicável; e (v) as Diretrizes do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

O programa de conformidade deverá prever um setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades nele previstas, dotado de autonomia, independência e imparcialidade para coordenar as atividades de controle, e de recursos materiais, humanos e financeiros suficientes para o seu regular funcionamento.

A Concessionária deverá incluir, no escopo da auditoria a que se refere este item, a verificação do cumprimento e atendimento, pela Concessionária, das regras e procedimentos atinentes às transações entre Partes Relacionadas previstas no CONTRATO e na POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS da CONCESSIONÁRIA.

2.6. MANUAIS OPERACIONAIS

Todos os procedimentos técnicos, operacionais e administrativos referentes aos serviços descritos neste anexo, deverão estar consubstanciados em manual próprio, individualizado por assunto, que deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e entregue à ARTESP para aprovação. Neste manual deverão estar descritas as atividades de todos os colaboradores envolvidos na administração e operação dos respectivos serviços, observadas as exigências da ARTESP em especificações técnicas.

Eventuais alterações promovidas pela CONCESSIONÁRIA ou determinadas pela ARTESP que se fizerem necessárias, em qualquer item do manual de operação, somente entrarão em vigor e serão eficazes após aprovação da ARTESP.

As alterações promovidas nos Manuais, quando de iniciativa da CONCESSIONÁRIA, serão submetidas à ARTESP, que deverá se manifestar no prazo de até 15 (quinze) dias contados do protocolo da solicitação. Já as alterações solicitadas pela ARTESP deverão ser implementadas pela CONCESSIONÁRIA e enviadas para a ARTESP no prazo de até 15 (quinze) dias contados do seu recebimento.

Em todos os casos, a ARTESP poderá questionar as alterações promovidas pela CONCESSIONÁRIA caso descumpram normas aplicáveis ou configurem inadimplemento contratual.

2.7. FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

2.7.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

A ARTESP exercerá a fiscalização dos serviços correspondentes à operação, com o objetivo de verificar a conformidade com os padrões mínimos exigidos para cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO relacionados no ANEXO 8.

A fiscalização será efetuada por meio de:

- I. vistorias realizadas pela ARTESP, por meio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, ou realizadas por empresas contratadas para este fim;
- II. análise de dados disponíveis nos sistemas da ARTESP;
- III. análise de imagens coletadas remotamente;
- IV. análise de dados ou relatórios fornecidos por órgãos do PODER CONCEDENTE;
- V. análise de dados (brutos ou processados) de relatórios ou sistemas da CONCESSIONÁRIA; e
- VI. auditorias específicas, regulares ou extraordinárias.

Para todos os itens descritos nesta seção, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema digital de cadastro, gerenciamento e consulta de dados via *web*, com disponibilização de pares de usuário/senha para a ARTESP, integrado e alinhado ao sistema de controle de informações da ARTESP.

2.8. SISTEMA DE INFORMAÇÕES

A fim de permitir e facilitar os processos de fiscalização e auditoria, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar em até 90 (noventa) dias contados a partir da data assinatura do CONTRATO, um sistema de informações consubstanciado em demonstrativos e/ou relatórios que permitam o acompanhamento, pela ARTESP, dos dados referentes a todos os serviços correspondentes à operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS

O Sistema de Informações deverá contemplar acesso a informações diárias, semanais, mensais e anuais, de acordo com as necessidades de aferição estabelecidas nos INDICADORES DE DESEMPENHO apresentado no ANEXO 8, na forma definida pela ARTESP. O sistema deverá permitir acesso automatizado a, ao menos, as informações listadas no item 1.6 do ANEXO 6.

A CONCESSIONÁRIA deverá manter à disposição da ARTESP, permitindo acesso em tempo real e a qualquer tempo, todos os dados e informações operacionais disponíveis, através do banco de dados do CCO, para fins de fiscalização e auditoria.

2.8.1. INFORMAÇÕES MENSAIS

Sem prejuízo dos demais deveres de comunicação constantes do CONTRATO e seus ANEXOS, a CONCESSIONÁRIA deverá emitir, e/ou disponibilizar por meio do CCI, relatórios mensais contendo os resumos dos dados estatísticos e das ocorrências

operacionais, de forma a permitir análise do comportamento sazonal do SISTEMA, das operações nos TERMINAIS e ESTALEIROS, e nas operações rotineiras e especiais de atendimento aos USUÁRIOS.

A CONCESSIONÁRIA deverá mensalmente:

- I. informar o inventário referente ao SISTEMA DE TRAVESSIAS, através de cadastro formado por ativos utilizados para a operação das TRAVESSIAS, tais como equipamentos, TERMINAIS, ESTALEIROS, EMBARCAÇÕES etc. Até que seja implantado sistema de acompanhamento interativo, o referido inventário deverá ser apresentado, mensalmente, nas datas e nos formatos a serem definidos pela ARTESP; e
- II. fornecer a quantidade de recursos humanos, equipamentos e EMBARCAÇÕES disponibilizados nas áreas operacionais no formato de escala mensal para cada serviço, incluindo o CCO.
- III. fornecer à ARTESP a atualização do status operacional das EMBARCAÇÕES;
- IV. fornecer à ARTESP informações sobre o perfil do USUÁRIO.

2.8.2. BANCO DE DADOS DO CCO

A CONCESSIONÁRIA deverá manter à disposição do PODER CONCEDENTE, permitindo acesso em tempo real e a qualquer tempo, todos os dados e informações operacionais disponíveis, através do banco de dados do CCO.

2.8.3. ENVIO SISTEMÁTICO DE INFORMAÇÕES

A forma e periodicidade das informações a serem enviadas à ARTESP poderão ser por ela alteradas, conforme a necessidade. A ARTESP fornecerá, sempre que julgar necessário, modelos padronizados a serem preenchidos pela CONCESSIONÁRIA, por meio de normas técnicas.

2.8.4. AUDITORIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

A Auditoria será feita por meio de sistema da ARTESP que deverá rastrear, para os parâmetros definidos, as datas e horários das informações fornecidas, os horários e tempos de atendimento e serviços prestados aos USUÁRIOS, com identificação do operador da CONCESSIONÁRIA responsável pelo registro dos dados.

2.8.5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A CONCESSIONÁRIA deverá obter, no prazo de 1 (um) ano a partir da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, a certificação de qualidade pelo sistema ISO 9.001 para os serviços operacionais executados.

3. CAPÍTULO III – INVESTIMENTOS EM EMBARCAÇÕES E EM INFRAESTRUTURA

3.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1.1. CONCEITOS BÁSICOS

Este Capítulo apresenta o regramento que deverá ser observado pela CONCESSIONÁRIA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO pertinente aos INVESTIMENTOS em EMBARCAÇÕES (ampliação de capacidade e aquisição de novas EMBARCAÇÕES, dentre outros) e em TERMINAIS e ESTALEIROS (serviços de reabilitação e ampliação das instalações, dentre outros).

Os INVESTIMENTOS apresentados neste Capítulo são de realização obrigatória pela CONCESSIONÁRIA..

Aos regramentos estabelecidos neste ANEXO aplicam-se, subsidiariamente, às regulamentações existentes da ARTESP.

3.1.2. PLANO DE INVESTIMENTOS

Como condição de ASSINATURA DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o PLANO DE INVESTIMENTOS previsto para o PRAZO DA CONCESSÃO, com detalhamento do Cronograma Físico-Financeiro para cada um dos INVESTIMENTOS, observando-se os prazos definidos no CONTRATO e seus ANEXOS.

A ARTESP deverá se pronunciar sobre a admissibilidade da proposta do PLANO DE INVESTIMENTOS em até 30 (trinta) dias de seu recebimento, manifestando sua aceitação formal ou eventuais ajustes, se necessário.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os ajustes solicitados nos termos acima deverão ser apresentados pela CONCESSIONÁRIA em até 10 (dez) dias contados do recebimento da solicitação pela ARTESP, que deverá se manifestar sobre os ajustes realizados no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da proposta encaminhada pela CONCESSIONÁRIA.

A admissão da proposta pela ARTESP não representa a sua aprovação, de modo que, uma vez admitida a proposta, a ARTESP deverá se manifestar, de forma consolidada e não fragmentada, sobre a aprovação do PLANO DE INVESTIMENTOS, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da admissão, sendo este prazo prorrogável por igual período, por ato devidamente motivado, também sendo possível a requisição de correção e ajustes à CONCESSIONÁRIA.

Caso a ARTESP solicite correções no PLANO DE INVESTIMENTOS, nos termos acima, a CONCESSIONÁRIA deverá implementá-las no prazo de até 10 (dez) dias.

Diante das correções apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos acima, a ARTESP deverá se pronunciar, de forma consolidada e não fragmentada, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento, podendo solicitar derradeiras correções que devem ser implementadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento da solicitação.

O PLANO DE INVESTIMENTOS deverá ter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

- I. descrição detalhada dos INVESTIMENTOS, além de demais investimentos assumidos pela CONCESSIONÁRIA por sua conta e risco, com suas localizações;

- II. cronograma físico-executivo inicial, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, com detalhamento de cada um dos investimentos de que trata o item I acima, e de cada uma das atividades intermediárias (marcos) que deverão ser empreendidas pela CONCESSIONÁRIA para a conclusão de cada investimento e o avanço físico esperado. Os marcos intermediários de cada etapa construtiva deverão ser dispostos no cronograma em periodicidade, pelo menos, mensal.

Na hipótese de não cumprimento ou o cumprimento intempestivo dos INVESTIMENTOS apresentados no PLANO DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita às penalidades estabelecidas no EDITAL, no CONTRATO e seus ANEXOS.

Na apresentação do PLANO DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá contemplar as datas efetivas de início e conclusão de serviços relacionados à fase executiva da obra, excluídos os prazos relativos às atividades de projetos, licenciamentos, orçamentos, contratações ou outras atividades administrativas. Estes prazos também não serão considerados para verificação do cumprimento das datas de início das obras relacionadas no PLANO DE INVESTIMENTOS, de modo que serão consideradas as datas de início dos efetivos trabalhos nos locais das obras *in loco*.

Os INVESTIMENTOS previstos neste capítulo, possuem o objetivo de ampliar a capacidade do SISTEMA DE TRAVESSIAS para atendimento à demanda prevista. Por ocasião das REVISÕES ORDINÁRIAS contratuais previstas no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor à ARTESP a inclusão ou a revisão de INVESTIMENTOS no PLANO DE INVESTIMENTOS, conforme regramento estabelecido no CONTRATO e seus ANEXOS.

Ao final do processo de revisão dos INVESTIMENTOS, estes devem ser detalhados em um novo PLANO DE INVESTIMENTOS que trará novo Cronograma Físico-Executivo,

que deve apresentar os prazos de início e fim de cada obra, além dos marcos intermediários de cada etapa construtiva, que deverão ser dispostos no cronograma em periodicidade, pelo menos, mensal.

As propostas de revisão dos INVESTIMENTOS apresentadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter estudos que justifiquem cada proposta de alteração do PLANO DE INVESTIMENTOS, de acordo com os termos estabelecidos no CONTRATO e nos ANEXOS, com a caracterização do investimento previsto, com as melhores informações disponíveis para estimar o seu valor, com estudos de demanda contendo metodologia detalhada para o dimensionamento da oferta da capacidade de EMBARCAÇÕES ou infraestrutura dos TERMINAIS e ESTALEIROS e a comprovação do atendimento às metas e parâmetros estabelecidos nos INDICADORES DE DESEMPENHO.

O PLANO DE SEGUROS e a GARANTIA DE EXECUÇÃO prestada pela CONCESSIONÁRIA deverão refletir, no mínimo, a necessidade de assegurar o cumprimento das atividades necessárias à conclusão de cada investimento apresentado no PLANO DE INVESTIMENTOS, conforme o regramento estabelecido no CONTRATO.

A CONCESSIONÁRIA deverá comunicar por escrito e justificadamente os eventuais atrasos no Cronograma Físico-Executivo, bem como alterações nos PROJETOS DE ENGENHARIA, sem prejuízo da análise e validação pela ARTESP, quanto ao mérito, da aplicação das penalidades próprias, constantes do ANEXO 11, bem como da eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente do atraso.

A CONCESSIONÁRIA poderá, a qualquer tempo:

- a. antecipar a realização de INVESTIMENTOS listados no PLANO DE INVESTIMENTOS, por sua conta e risco nos termos da Cláusula 27.3.1.1 do CONTRATO; e
- b. solicitar a prorrogação ou a alteração de INVESTIMENTOS listados no PLANO DE INVESTIMENTOS à ARTESP, que deverá observar o disposto na Cláusula 27.4.4 do CONTRATO.

A alteração dos INVESTIMENTOS listados no PLANO DE INVESTIMENTOS, por proposição da CONCESSIONÁRIA, deverá ser apresentada para a ARTESP, que deverá deliberar quanto à sua autorização, de acordo com o estabelecido no CONTRATO e ANEXOS. Eventuais pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrentes de antecipações dos INVESTIMENTOS são possíveis apenas se sua implementação decorrer de autorização da ARTESP.

3.1.3. DISPOSIÇÕES REFERENTES A PROJETOS E OBRAS

A CONCESSIONÁRIA é responsável pela elaboração e obtenção da aprovação dos PROJETOS DE ENGENHARIA junto à ARTESP.

A ARTESP poderá, conforme itens I e II da Subcláusula 16.4.1, autorizar, mediante prévia e expressa manifestação de interesse da CONCESSIONÁRIA, a apresentação, às suas expensas, de CERTIFICADO DE QUALIDADE para o Projeto Funcional, hipótese em que resta afastada a necessidade de aprovação deste pela agência. Em relação ao Projeto Executivo, a CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, apresentar CERTIFICADO DE QUALIDADE, que deverá ser emitido por organismo de inspeção acreditado pelo INMETRO, nos termos da Portaria nº 367/2017, ou CERTIFICADORA previamente homologada pela ARTESP. Ainda, o CERTIFICADO DE QUALIDADE das obras de ampliação e, quando pertinente, dos demais melhoramentos previstos na CONCESSÃO.

Todos os projetos e documentos necessários para a execução das atividades previstas no PLANO DE INVESTIMENTOS devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhados de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

No caso dos INVESTIMENTOS em infraestrutura de TERMINAIS, os projetos deverão também contemplar o equacionamento de interferências com os sistemas de infraestrutura e de serviços públicos existentes e futuros, de acordo com as informações disponíveis, especialmente os sistemas viários de acessos para embarque e desembarque de veículos, passageiros e bicicletas.

Sem prejuízo da obtenção da anuência prévia da ARTESP, sempre que necessário, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à Autoridade Ambiental competente os PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a obtenção da LICENÇA PRÉVIA e da LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO para as obras de ampliação ou, quando necessárias, para obras de reabilitação da infraestrutura, observando os prazos limites que devem ser cumpridos para que seja possível o devido atendimento aos marcos (inclusive intermediários) e prazos previstos no Cronograma físico-executivo do PLANO DE INVESTIMENTOS aprovado pela ARTESP.

3.1.4. CONCLUSÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS PELA ARTESP

A CONCESSIONÁRIA deverá comunicar à ARTESP sobre a conclusão de obras por meio de uma “Notificação de Conclusão”, a ser enviada em até 30 (trinta) dias antes da data estipulada para respectiva conclusão.

As obras de infraestrutura serão consideradas plenamente concluídas para o seu recebimento pela ARTESP quando:

- i. a CONCESSIONÁRIA apresentar o respectivo CERTIFICADO DE QUALIDADE das obras à ARTESP; e
- ii. a ARTESP reconhecer, de forma expressa, a conclusão dos INVESTIMENTOS programados, em conformidade com os PROJETOS DE ENGENHARIA.

No caso de obras de infraestrutura de TERMINAIS e ESTALEIROS, a aprovação pela ARTESP será dada após as competentes vistorias que atestem a liberação da obra para operação em segurança, devendo a CONCESSIONÁRIA apresentar à ARTESP todos os documentos comprobatórios de solicitação para obtenção da LICENÇA DE OPERAÇÃO.

No caso de EMBARCAÇÕES, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP, como documento comprobatório de conclusão dos INVESTIMENTOS, o Certificado de Segurança da Navegação da EMBARCAÇÃO emitido pela Capitania dos Portos do Estado de São Paulo e o certificado da SOCIEDADE CLASSIFICADORA.

Para todas as obras executadas subsiste a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA com relação aos projetos, mesmo após os seus recebimentos pela ARTESP.

3.2. SERVIÇOS REFERENTES À AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA FROTA DE EMBARCAÇÕES

3.2.1. CONCEITOS BÁSICOS

Os Serviços Referentes à Ampliação de Capacidade da Frota de Embarcações correspondem aos INVESTIMENTOS para a adequação da capacidade nominal média da frota de EMBARCAÇÕES que a CONCESSIONÁRIA deverá alocar a cada uma das

TRAVESSIAS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS, abrangendo a adequação da capacidade nominal de EMBARCAÇÕES existentes (rearranjo de *layout* de conveses) seguindo as normas mais atuais de distância entre veículos emitida pela Capitania dos Portos em e aquisições de novas EMBARCAÇÕES.

Os INVESTIMENTOS , nos termos deste ANEXO, são de realização mandatória pela CONCESSIONÁRIA.

A CONCESSIONÁRIA será responsável pela elaboração dos projetos e execução dos serviços de ampliação de capacidade da frota por meio de aquisição de novas EMBARCAÇÕES, bem como pela liberação ao tráfego das EMBARCAÇÕES junto à Autoridade Marítima. Os projetos e os cronogramas de execução dos serviços devem ser previamente aprovados pela ARTESP antes de suas submissões à apreciação da Autoridade Marítima.

Alterações de qualquer natureza e por quaisquer motivos nos projetos e nos cronogramas de execução dos serviços de ampliação da capacidade da frota devem ser previamente aprovadas pela ARTESP, mesmo que decorrentes de exigências da Autoridade Marítima.

Qualquer EMBARCAÇÃO só poderá ser incorporada à frota mediante prévia autorização da ARTESP, que examinará a sua adequação às exigências da prestação adequada do serviço concedido e a sua regularização junto à Autoridade Marítima.

3.2.2. INVESTIMENTOS EM AQUISIÇÃO DE NOVAS EMBARCAÇÕES

Nos termos da Cláusula Décima Sexta do CONTRATO, salvo alteração realizada no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS, a CONCESSIONÁRIA deverá implementar os INVESTIMENTOS listados na Tabela

Tabela 26 – INVESTIMENTOS EM NOVAS EMBARCAÇÕES

FERRY BOATS DE AÇO e CATAMARÃS DE ALUMÍNIO com MOTORIZAÇÃO ELÉTRICA								
	TRAVESSIA	TIPO	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES EM OPERAÇÃO					
			Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6
1	São Sebastião - Ilhabela veiculos	veiculos	0	0	6	0	2	1
2	São Sebastião - Ilhabela passageiros	pax	0	0	3	0	0	0
3	Santos - Guarujá	veiculos	0	0	3	3	3	1
4	Santos - Vicente de Carvalho	pax	0	0	2	4	0	0
5	Bertioga - Guarujá	veiculos	0	0	3	0	0	0
6	Cananeia - Ilha Comprida	veiculos	0	0	2	1	0	0
7	Cananeia - Continente	veiculos	0	0	2	0	0	0
8	Iguape- Jureia	veiculos	0	0	2	0	0	0
9	Cananeia - Ariri	pax	0	0	1	0	0	0
10	Billings - João Basso - Riacho Grande	veiculos	0	0	2	0	0	0
11	Billings - Bororé - Grajaú	veiculos	0	0	1	1	0	0
12	Billings - Taquacetuba - Bororé	veiculos	0	0	1	0	0	0
13	Paraibuna Varginha	veiculos	0	0	1	0	0	0
14	Paraibuna Paraitinga	veiculos	0	0	1	0	0	0
15	Paraibuna Natividade	veiculos	0	0	2	0	0	0
TOTAL		48	0	0	32	9	5	2

Tabela 27 – EMBARCAÇÕES A SEREM ENTREGUES NAS TRAVESSIAS

	FERRYBOATS	MATERIAL	PROPULSÃO	No MOTORES	POTÊNCIA	VEICULOS MÉDIOS	PASSAGS	COMP.	BOCA	PONTAL	CALADO
	PADRAO SANTOS - BOCA MÁXIMA 15,5M				(kW)			(m)	(m)	(m)	
1	FB-18N	aço	elétrica	4	4x150	18	100	38	12,5	2,5	1,2
2	FB-28N	aço	elétrica	4	4x203	28	140	43	14,5	2,5	1,2
3	FB-40N	aço	elétrica	4	4x225	40	180	57	15,5	2,5	1,3
	FERRYBOATS	MATERIAL	PROPULSÃO	No MOTORES	POTÊNCIA	VEICULOS MÉDIOS	PASSAGS	COMP.	BOCA	PONTAL	CALADO
	PADRAO SÃO SEBASTIÃO - BOCA 17M				(kW)			(m)	(m)	(m)	
1	FB-50N	aço	elétrica	4	4x225	50	220	57	17	2,5	1,2
2	FB-70N	aço	elétrica	4	4x300	70	320	76	17	2,5	1,4
	CATAMARÃS	MATERIAL	PROPULSÃO	No MOTORES	POTÊNCIA	PASSAGS	COMP.	BOCA	PONTAL	CALADO	
					(kW)		(m)	(m)	(m)		
1	CAT ALUM 100	alumínio	elétrica	2	2x75	100	20	7	2	1	
2	CAT ALUM 250	alumínio	elétrica	2	2x206	250	25	8,25	2,4	1,3	
3	CAT ALUM 380	alumínio	elétrica	2	2x300	380	57	15,5	2,5	1,5	
	BALSA FERRYBOAT + EMPURRADOR	MATERIAL	PROPULSÃO	No MOTORES	POTÊNCIA	VEICULOS MÉDIOS	PASSAGS	COMP.	BOCA	PONTAL	CALADO
	PADRAO PARAIBUNA				(kW)			(m)	(m)	(m)	
1	BALSA FERRYBOAT	aço				12	50	28,5	12,5	2,5	1,2
2	EMPURRADOR	aço	diesel	1	1x75			12	5	2	1,2

Tabela 28 – IMPLEMENTAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES NAS TRAVESSIAS

OPERAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES POR TRAVESSIA									
TRAVESSIA	FB-18N	FB-28N	FB-40N	FB-50N	FB-70N	CAT ALUM 100	CAT ALUM 250	CAT ALUM 380	EMP+BALSA
1 São Sebastião - Ilhabela veículos				2 Ano3 1 Ano6	4 Ano3 2 Ano5				
2 São Sebastião - Ilhabela passageiros								3 Ano3	
3 Santos - Guarujá		1 Ano3 1 Ano5	2 Ano3 2 Ano4 2 Ano5 1 Ano6						
reserva			1 Ano 4						
4 Santos - Vicente de Carvalho							2 Ano3 3 Ano4		
reserva							1 Ano4		
5 Bertioga - Guarujá		2 Ano3	1 Ano3						
6 Cananeia - Ilha Comprida		2 Ano 3 1 Ano4							
7 Cananeia - Continente	2 Ano3								
8 Iguape- Jureia	2 Ano3								
9 Cananeia - Ariri						1 Ano3			
10 Billings - João Basso - Riacho Grande			2 Ano3						
11 Billings - Bororé - Grajaú	1 Ano3 1 Ano4								
12 Billings - Taquacetuba - Bororé	1 Ano3								
13 Paraibuna Varginha									1 Ano3
14 Paraibuna Paraitinga									1 Ano3
15 Paraibuna Natividade									2 Ano3
TOTAL	7	7	11	3	6	1	6	3	4
TOTAL GERAL	48								

3.3. INVESTIMENTOS PARA A REABILITAÇÃO DE TERMINAIS

3.3.1. CONCEITOS BÁSICOS

Os Serviços Referentes à Reabilitação de TERMINAIS correspondem aos INVESTIMENTOS para a adequação da infraestrutura dos TERMINAIS, considerando tanto as instalações em terra como na água.

Os INVESTIMENTOS para reabilitação têm como objetivo o restabelecimento das condições de operação e uso da infraestrutura disponível nos TERMINAIS, adequando-as às normas vigentes de acessibilidade e conforto dos USUÁRIOS.

Os INVESTIMENTOS para ampliação visam o aumento da capacidade das instalações dos TERMINAIS, de modo a atender à evolução da demanda projetada, preservando as suas condições de operação e uso, em conformidade com as normas de acessibilidade e conforto dos USUÁRIOS vigentes.

A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a executar ações sistemáticas de manutenção da infraestrutura dos TERMINAIS, de maneira a manter permanentemente as suas condições de segurança e conforto, em conformidade com o CONTRATO e ANEXOS, e a legislação e normas vigentes.

A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar os PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para cada uma das ações a serem implementadas, submetendo-os aos órgãos intervenientes no processo de liberação de operação das instalações impactadas pelas ações de reabilitação e ampliação, em conformidade com a legislação e normas vigentes.

Os INVESTIMENTOS programados são mandatórios, refletindo as estimativas de evolução da demanda e os parâmetros operacionais fixados pelo PODER CONCEDENTE.

Os INVESTIMENTOS poderão ser reavaliados pelas PARTES e pela ARTESP no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

Alterações de qualquer natureza e por quaisquer motivos nos projetos e nos cronogramas de execução dos serviços de reabilitação e de ampliação dos TERMINAIS devem ser previamente aprovadas pela ARTESP, mesmo que decorrentes de exigências de outros órgãos com finalidades específicas.

3.3.2. SERVIÇOS REFERENTES À REABILITAÇÃO DE TERMINAIS

Os serviços de reabilitação de TERMINAIS são de execução obrigatória e têm como objetivo o restabelecimento das condições de operação e uso da infraestrutura disponível nos TERMINAIS, adequando-as às normas vigentes de acessibilidade e conforto dos USUÁRIOS.

Todos os projetos e documentos necessários para a execução das atividades previstas nos diversos TERMINAIS, conforme detalhamento do Cronograma Físico-Executivo apresentado no PLANO DE INVESTIMENTOS, devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhados de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

3.3.2.1. Travessia São Sebastião – Ilhabela

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º ano deverá ser implantado:

- I. Posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Ilhabela e postos principais no terminal de São Sebastião.
- II. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as intervenções necessárias para a reabilitação da TRAVESSIA e dos seus dois TERMINAIS, incluindo a realização de todos os serviços diversos e a execução da recuperação da infraestrutura marítima, com a ampliação do FLUTUANTE de São Sebastião para atendimento dos *Ferryboats* e dos Catamarãs;

A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do ano 1 e concluídas até o final do 1º semestre do 5º ano da CONCESSÃO, contados do fim do período de OPERAÇÃO ASSISTIDA.

Ainda nesse 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá dar início à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura terrestre (i) implantação do Terminal temporário de passageiros com área de 100 m²; e (ii) Portaria de controle de acesso a oficina e a (iii) reforma e ampliação do terminal de passageiros em Ilhabela;

b. 3º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, que são:

- I. Construção de sanitários/ vestiários para funcionários na edificação do Terminal temporário de passageiros em São Sebastião;
- II. Terminal de Passageiros e Administração – Módulo M4 com 600 m² em São Sebastião;
- III. Torre de água com abastecimento para 20.000 litros em São Sebastião;

c. 4º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá complementar a reabilitação de ambos os TERMINAIS, abrangendo:

- I. a recuperação de toda a infraestrutura terrestre, em ambos os TERMINAIS, com a (i) construção de novas edificações de apoio em São Sebastião; (ii) construção de novas oficinas e depósitos de armazenagem em São Sebastião; (iii) implantação de novos sistemas operacionais em São Sebastião e Ilhabela.
- III. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura com a (i) pavimentação viária; (ii) iluminação pública; (iii) drenagem; (iv) sinalização; (v) urbanização e paisagismo em São Sebastião e Ilhabela, (vi) construção de nova praça de pedágio com 6 cabines de controle sob cobertura em estrutura metálica em São Sebastião, e (vii) implantação de cabine de controle em nova faixa de veículos em Ilhabela).

d. 5º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá complementar a reabilitação de ambos os TERMINAIS, iniciados no primeiro trimestre do 2º ano do primeiro semestre a serem concluídos até o final do primeiro semestre do 5º ano da CONCESSÃO, contados do fim do período de OPERAÇÃO ASSISTIDA.

As ações de reabilitação e de ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no APÊNDICE 1, conforme a Tabela30.

Tabela30: Quadro de Desenhos 01

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL DE SÃO SEBASTIÃO	
TRV-01-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-01-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES - FASE 1
TRV-01-03A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES - FASE 2
TRV-01-04A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES - PLANTAS, CORTES E ELEVAÇÕES – 1/4
TRV-01-05A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES - PLANTAS, CORTES E ELEVAÇÕES – 2/4
TRV-01-06A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES - PLANTAS, CORTES E ELEVAÇÕES – 3/4
TRV-01-07A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES - PLANTAS, CORTES E ELEVAÇÕES – 4/4
TRV-01-08A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO
TERMINAL DE ILHABELA	
TRV-01-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-01-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES
TRV-01-03B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVAÇÕES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela31.

Tabela31: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia São Sebastião – Ilhabela

Item	Descrição	São Sebastião										Ilhabela									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				

Item	Descrição	São Sebastião										Ilhabela									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmera para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviário																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolphin de amarração																				
4.5	Novo dolphin de amarração																				
4.6	Recuperação de píer																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.2. Travessia Santos – Vicente de Carvalho

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Santos - Praça da República e um posto principal no terminal Vicente de Carvalho.

b. 2º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 2º ano e concluídas até o final do 2º semestre do 2º ano da CONCESSÃO, contados do fim do período de OPERAÇÃO ASSISTIDA.

A realização dos serviços diversos de infraestrutura terrestre são:

- I. Cobertura de ligação de pedestres e ciclistas com o FLUTUANTE (Santos – Praça da República);

- II. Readequação de depósito de resíduos perigosos do lado Vicente de Carvalho;
- III. A Carreira de reparos será reativada para reparos nas EMBARCAÇÕES da CONCESSIONÁRIA realizada por empresas de reparos navais subcontratadas. Prever a recuperação do carro de reboque, cabos de aço e guincho. Próximo a carreira há sanitários/ vestiários, espaços para adequação da administração e oficinas.

As ações de reabilitação e de ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no APÊNDICE 1, conforme a Tabela32.

Tabela32: Quadro de Desenhos 02

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL DE SANTOS	
TRV-02-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-02-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL DE VICENTE DE CARVALHO	
TRV-02-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-02-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela33.

Tabela33: Cronograma dos INVESTIMENTOS TRAVESSIA Santos – Vicente de Carvalho

Item	Descrição	Santos (Pç. República)										Vicente de Carvalho									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º					
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º				
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				

Item	Descrição	Santos (Pç. República)										Vicente de Carvalho									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmera para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviário																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de pier																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.3. Travessia Santos – Guarujá

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Santos e postos principais no terminal Guarujá.

b. 2º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 2º ano e concluídas até o final do 1º semestre do 5º ano da CONCESSÃO, contados do fim do período de OPERAÇÃO ASSISTIDA.

TERMINAL Santos

Ainda nesse 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá dar início à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura marítima abrangendo (i) a recuperação de FLUTUANTES, (ii) recuperação de defensas e (iii) recuperação de pontes e rampas de acesso, e a execução da infraestrutura

terrestre (i) novo terminal de passageiros módulo M3A=260 m² (ii) edificações de apoio com área total de 80 m².

TERMINAL Guarujá

A CONCESSIONÁRIA deverá:

- I. complementar as obras de recuperação da infraestrutura marítima do TERMINAL, com (i) a recuperação dos FLUTUANTES, (ii) recuperação das rampas, (iii) recuperação das três gavetas existentes, (iv) recuperação dos Dolphins e suas defensas e (v) construção de nova ponte de acesso; e
- II. recuperar a infraestrutura terrestre, iniciando (i) a construção de nova edificação de terminal de passageiros módulo M3B = 410 m², (ii) a recuperação da passarela, (iii) construção da cobertura de acesso a pedestres e ciclistas, (iv) a impermeabilização do pátio do ESTALEIRO e (vi) a implantação de sistemas operacionais.
- III. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura com a (i) pavimentação viária; (ii) ciclovia; (iii) drenagem; (iv) sinalização em Guarujá.
- IV. A Carreira de reparos será reativada para reparos nas EMBARCAÇÕES da CONCESSIONÁRIA realizada por empresas de reparos navais subcontratadas. Prever a recuperação do carro de reboque, cabos de aço e guincho. Próximo a carreira há sanitários/ vestiários, espaços para adequação da administração e oficinas.

c. 3º, 4º e 5º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá executar a recuperação de toda a infraestrutura terrestre do TERMINAL até o 1º semestre do 5º ano da CONCESSÃO, contados do fim do período de OPERAÇÃO ASSISTIDA.

As ações de reabilitação e de ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam do Apêndice 1, conforme a Tabela34.

Tabela34: Quadro de Desenhos 03

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL DE SANTOS	
TRV-03-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-03-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES
TRV-03-03A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVÇÕES
TERMINAL DE GUARUJÁ	
TRV-03-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-03-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES
TRV-03-03B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVÇÕES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela35.

Tabela35: Cronograma dos INVESTIMENTOS

TRAVESSIAS Santos - Guarujá

Item	Descrição	Santos										Guarujá									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				

Item	Descrição	Santos										Guarujá									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmara para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de pier																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.4. Travessia Bertioga – Guarujá

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista

para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Santos e um posto principal no terminal de Bertioga.

b. 2º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 2º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre:

- I. executar os serviços correspondentes aos TERMINAIS; e
- II. executar a recuperação da infraestrutura marítima, com (i) a recuperação de FLUTUANTES em Bertioga e Guarujá, (ii) a recuperação de pontes de acesso e de píeres e (iii) a recuperação dos Dolphins e suas defensas.
- I. a recuperação de toda a infraestrutura em terra, em ambos os TERMINAIS, com a (i) construção de nova coberturas de abrigo aos passageiros, (ii) implantação de sanitários.
- II. A recuperação do pavimento no bolsão de filas e nova sinalização horizontal.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam do Apêndice 1:

Tabela36: Quadro de Desenhos 04

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL BERTIOGA	
TRV-04-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-04-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
TERMINAL GUARUJÁ	
TRV-04-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-04-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela37: Cronograma dos INVESTIMENTOS

TRAVESSIA Bertioga - Guarujá

Item	Descrição	Bertioga										Guarujá									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da Iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				

Item	Descrição	Bertioga										Guarujá									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmera para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviário																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de píer																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.5. Travessia Iguape – Juréia

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo levantamentos topográficos, sondagens, licenças e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data

prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Juréia e um posto principal no terminal Iguape.

b. 2º ano da CONCESSÃO

No 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária:

- I. executar os serviços correspondentes à complementação dos Serviços Diversos para ambos os TERMINAIS; e
- II. iniciar a recuperação parcial da infraestrutura marítima, com (i) a recuperação de FLUTUANTES em Iguape e Juréia, (ii) a recuperação de pontes de acesso e de píeres e (iii) a recuperação dos Dolphins e suas defensas.

c. 3º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 3º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 3º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre:

- I. complementar a execução dos serviços diversos para ambos os TERMINAIS; e
- I. Reforma e ampliação da edificação de apoio e sala pré-embarque em Iguape;
- II. Reforma e adequação da edificação de apoio e sala pré-embarque em Juréia;

- III. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- IV. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

As ações de reabilitação e de ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no APÊNDICE 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela38: Quadro de Desenhos 05

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL IGUAPE	
TRV-05-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-05-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES
TRV-05-03A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVÇÕES
TERMINAL JURÉIA	
TRV-05-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-05-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES
TRV-05-03B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVÇÕES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela39: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia Iguape - Juréia

Item	Descrição	Iguape										Juréia									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º					
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º				
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				

Item	Descrição	Iguape										Juréia									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º											1º	2º	3º	4º	5º
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmera para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviário																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de pier																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.6. Travessia Cananéia – Continente

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Continente e um posto principal no terminal de Cananéia.

b. 2º ano da CONCESSÃO

No 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir a execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária:

- I. executar os serviços correspondentes à complementação dos Serviços Diversos para ambos os TERMINAIS; e
- II. iniciar a recuperação parcial da infraestrutura marítima, com (i) a recuperação de FLUTUANTES em Cananéia e Continente, (ii) a recuperação de pontes de acesso e de píeres e (iii) a recuperação dos Dolphins e suas defensas.

c. 3º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e

devem ser iniciadas no 1º semestre do 3º ano e concluídas até o final do 2º semestre do 3º ano.

Ainda nesse 3º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre no lado Continente:

- I. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M0B com área de 50 m² no Terminal do Continente;
- II. a recuperação dos sistemas operacionais; e

a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

d. 4º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 3º ano e concluídas até o final do 1º semestre do 4º ano.

Ainda nesse 4º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre no lado Cananéia:

- I. complementar a execução dos serviços diversos o TERMINAL em Cananéia; e
- II. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M1B com área de 125 m² no Terminal de Cananéia;
- III. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- IV. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela40: Quadro de Desenhos 06

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL CANANÉIA	
TRV-06-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-06-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES
TRV-06-03A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVÇÕES
CONTINENTE	
TRV-06-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-06-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela41: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia Cananéia - Continente

Item	Descrição	Cananéia										Continente									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º					
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º				
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				

Item	Descrição	Cananéia										Continente									
		Ano										Ano									
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmara para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de pier																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.7. Travessia Cananéia – Ilha Comprida

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Ilha Comprida e um posto principal no terminal de Cananéia.

b. 2º ano da CONCESSÃO

No 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária:

- I. executar os serviços correspondentes à complementação dos Serviços Diversos para ambos os TERMINAIS; e
- II. iniciar a recuperação parcial da infraestrutura marítima, com (i) a recuperação de FLUTUANTES em Cananéia e Ilha Comprida, (ii) a recuperação de pontes de acesso e de píeres e (iii) a recuperação dos Dolphins e suas defensas.

Ainda nesse 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura terrestre em Cananéia:

Cananéia

- I. complementar a execução dos serviços diversos o TERMINAL em Cananéia; e
- II. Reforma da edificação existente das salas de apoio, sanitários e ampliação da sala pré-embarque e área de depósito com acréscimo de área de 50 m²;
- III. Implantação de cobertura de acesso ao FLUTUANTE;
- IV. Implantação de rampa de acessibilidade de pedestres;
- V. a recuperação dos sistemas operacionais;

- VI. inversão de acesso de veículos e implantação de 2 cabines de cobrança; e
- VII. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

c. 3º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 3º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ilha Comprida

- I. complementar a execução dos serviços diversos o TERMINAL em Ilha Comprida; e
- II. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M1A com área de 100m²;
- III. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- IV. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a implantação de nova pavimentação viária, calçamento, ciclovia e rotatória, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela42: Quadro de Desenhos 07

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL CANANÉIA	
TRV-07-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-07-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES
TRV-07-03A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS -EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVAÇÕES
TERMINAL ILHA COMPRIDA	

TRV-07-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-07-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela43: Cronograma dos INVESTIMENTOS

TRAVESSIA Cananéia – Ilha Comprida

Item	Descrição	Cananéia										Ilha Comprida									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º						1º	2º	3º	4º	5º					
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmara para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				

Item	Descrição	Cananéia										Ilha Comprida									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de píer																				
4.7	Novo píer																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.8. Travessia Cananéia – Ariri

A Travessia Cananéia-Ariri possui parada na comunidade do Marujá, que integra o município de Cananéia, e Ariri.

Os serviços de reabilitação contemplam os TERMINAIS de Marujá e Ariri. O TERMINAL de Cananéia já foi contemplado na TRAVESSIA Cananéia – Ilha Comprida.

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

Ainda no 1º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico no terminal de Ariri e um posto principal no terminal de Cananéia.

b. 2º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 2º ano e concluídas até o final do mesmo ano no Terminal de Ariri.

Ainda nesse 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura terrestre

Ariri:

- I. implantação de cobertura em estrutura metálica de acesso entre o FLUTUANTE coberto e a nova praça.

Marujá:

- I. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão MOA com área de 50m²;
- II. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a implantação de calçamento, a iluminação pública.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela44: Quadro de Desenhos 08

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL MARUJÁ	
TRV-08-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-08-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
TERMINAL ARIRI	
TRV-08-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-08-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela45: Cronograma dos INVESTIMENTOS

TRAVESSIA Cananéia – Ariri

Item	Descrição	Marujá										Ariri									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º						1º	2º	3º	4º	5º					
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				

Item	Descrição	Marujá										Ariri									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmera para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de píer																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				
4.10	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.9. Travessia João Basso – Riacho Grande

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL,

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAgens, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

b. 2º ano da CONCESSÃO

No 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária:

- I. executar os serviços correspondentes à complementação dos Serviços Diversos para ambos os TERMINAIS; e
- II. executar a implantação total da TRAVESSIA e dos seus dois TERMINAIS, abrangendo a implantação de toda a infraestrutura marítima, com (i) a execução dos FLUTUANTES, Dolphins e suas defensas e (iii) implantação de novas rampas e pontes de acesso;

Ainda no 2º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Riacho Grande e um posto principal no terminal de João Basso.

c. 4º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 4º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 4º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre em Riacho Grande:

- I. complementar a execução dos serviços diversos o TERMINAL em Riacho Grande; e
- I. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M2 com área de 150m² em Riacho Grande;
- II. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- III. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, calçamento, rotatória para ônibus, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização, a urbanização e o paisagismo.

d. 5º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 5º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 5º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre em João Basso:

- I. complementar a execução dos serviços diversos o TERMINAL em João Basso e;
- II. Reforma e adequação das edificações de apoio e de passageiros do Terminal de João Basso;
- III. a recuperação dos sistemas operacionais; e

- IV. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, calçamento, rotatória para ônibus, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização, a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela46: Quadro de Desenhos 09

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL JOÃO BASSO	
TRV-09-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-09-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES
TRV-09-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - EDIFICAÇÕES – PLANTAS, CORTES E ELEVACÕES
TERMINAL RIACHO GRANDE	
TRV-09-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-09-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela47: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia João Basso – Riacho Grande

Item	Descrição	João Basso										Riacho Grande									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º					
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				

[illegible]

3.3.2.10. Travessia Taquacetuba - Bororé

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

b. 2º ano da CONCESSÃO

No 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária:

- III. executar os serviços correspondentes à complementação dos Serviços Diversos para ambos os TERMINAIS; e
- IV. executar a implantação dos seus dois TERMINAIS, abrangendo a implantação de toda a infraestrutura marítima, com (i) a execução dos FLUTUANTES, Dolphins e suas defensas e (iii) implantação de novas rampas e pontes de acesso;

Ainda no 2º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- II. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Taquacetuba e um posto principal no terminal de Bororé.

c. 4º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 4º ano e concluídas até o final do 2º semestre mesmo ano.

Ainda nesse 4º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre nos TERMINAIS de Bororé:

- I. complementar a execução dos serviços diversos nos TERMINAIS; e
- II. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M0B com área de 50m²;
- III. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- IV. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

d. 5º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 5º ano e concluídas até o final do 2º semestre mesmo ano.

Ainda nesse 5º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre nos TERMINAIS de Taquacetuba:

- I. complementar a execução dos serviços diversos nos TERMINAIS; e
- II. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M0B com área de 50m²;
- III. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- IV. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela48: Quadro de Desenhos 10

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL TAQUACETUBA	
TRV-10-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-10-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
TERMINAL BORORÉ	
TRV-10-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-10-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela49: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia Taquacetuba - Bororé

Item	Descrição	Taquacetuba										Bororé									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				

Item	Descrição	Taquacetuba										Bororé									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmara para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo FLUTUANTE																				
4.6	Novo dolfin de amarração																				
4.7	Recuperação de píer																				
4.8	Novo píer																				
4.9	Defensas tipo 1																				
4.10	Defensas tipo 2																				
4.11	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.11. Travessia Bororé - Grajaú

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data

prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

b. 2º ano da CONCESSÃO

No 2º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária:

- V. executar os serviços correspondentes à complementação dos Serviços Diversos para ambos os TERMINAIS; e
- VI. executar a implantação total da TRAVESSIA e dos seus dois TERMINAIS, abrangendo a implantação de toda a infraestrutura marítima, com (i) a execução dos FLUTUANTES, Dolphins e suas defensas e (iii) implantação de novas rampas e pontes de acesso;

Ainda no 2º ano do primeiro semestre deverá ser implantado o sistema de abastecimento elétrico:

- I. Implantação de posto de abastecimento elétrico emergencial no terminal de Bororé e um posto principal no terminal de Grajaú.

c. 4º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 4º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 4º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre em Bororé e Grajaú:

- I. complementar a execução dos serviços diversos dos TERMINAIS DE Bororé e Grajaú; e
- II. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M0B com área de 50m² em Bororé e Grajaú;
- III. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- IV. a recuperação e ampliação de toda a infraestrutura abrangendo a pavimentação viária, a iluminação pública, a drenagem, a sinalização e a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela50: Quadro de Desenhos 11

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL BORORÉ	
TRV-11-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-11-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
TERMINAL GRAJAÚ	
TRV-11-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-11-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela51: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia Bororé - Grajaú

Item	Descrição	Bororé										Grajaú									
		Ano										Ano									
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º					
		Semestre										Semestre									
1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				

Item	Descrição	Bororé										Grajaú									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4º		5º		1º		2º		3º		4º		5º	
		Semestre										Semestre									
1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmara para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo FLUTUANTE																				
4.6	Novo dolfin de amarração																				
4.7	Recuperação de píer																				
4.8	Novo pier																				
4.9	Defensas tipo 1																				
4.10	Defensas tipo 2																				
4.11	Posto de abastecimento elétrico																				

3.3.2.12. Travessia Comércio - Varginha

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAgens, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

b. 6º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 6º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 6º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre em Comércio e Varginha:

- I. complementar a execução dos serviços diversos nos TERMINAIS em Comércio e Varginha; e
- II. executar o nivelamento das áreas de atracação;
- III. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M0B com área de 50m²;

- IV. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- V. a recuperação da infraestrutura abrangendo o viário não pavimentado, a iluminação pública, escoamento natural da drenagem, o calçamento, a sinalização, a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela52: Quadro de Desenhos 12

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL COMÉRCIO	
TRV-12-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-12-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
TERMINAL VARGINHA	
TRV-12-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-12-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela53: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia Comércio - Varginha

Item	Descrição	Comércio										Varginha									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4/5º		6º		1º		2º		3º		4/5º		6º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				

Item	Descrição	Comércio										Varginha									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4/5º		6º		1º		2º		3º		4/5º		6º	
		Semestre										Semestre									
1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmara para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de píer																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				

3.3.2.13. Travessia Capim D'Angola – Ribeirão Branco

a. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

b. 6º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 6º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 6º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre em Capim D'Angola e Ribeirão Branco:

- I. complementar a execução dos serviços diversos o TERMINAL em Capim D'Angola e Ribeirão Branco; e
- II. executar o nivelamento das áreas de atracação;
- III. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão M0B com área de 50m² em Capim D'Angola e Ribeirão Branco;
- IV. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- V. a recuperação da infraestrutura abrangendo o viário não pavimentado, a iluminação pública, escoamento natural da drenagem, o calçamento, a sinalização, a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela54: Quadro de Desenhos 13

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL CAPIM D'ANGOLA	
TRV-13-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-13-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
TERMINAL RIBEIRÃO BRANCO	
TRV-13-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-13-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela55: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia Capim D'Angola e Ribeirão Branco

Item	Descrição	Capim D'Angola										Ribeirão Branco									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4/5º		6º		1º		2º		3º		4/5º		6º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				

Item	Descrição	Capim D'Angola										Ribeirão Branco									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4/5º		6º		1º		2º		3º		4/5º		6º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmera para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de pier																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				

3.3.2.14. Travessia Natividade da Serra – Pouso Alto - Bairro Alto

c. 1º ano da CONCESSÃO

Até o final do primeiro semestre do 1º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e concluir as atividades pertinentes aos serviços diversos para todos os INVESTIMENTOS necessários para a completa reabilitação desse TERMINAL, abrangendo LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, SONDAGENS, LICENÇAS e a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA, com a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e implantação do canteiro de obras.

Todos os documentos pertinentes a essas atividades devem ser submetidos à aprovação da ARTESP com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da obra, acompanhado de todas as licenças pertinentes emitidas pelos órgãos intervenientes no processo.

d. 6º ano da CONCESSÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as intervenções necessárias que abrangem a execução dos PROJETOS DE ENGENHARIA necessários para a elaboração dos planos de mobilização e de desmobilização e a implantação do canteiro de obras, e devem ser iniciadas no 1º semestre do 6º ano e concluídas até o final do 2º semestre do mesmo ano.

Ainda nesse 6º ano da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá concluir à execução da reabilitação do TERMINAL com execução da recuperação da infraestrutura aquaviária e terrestre em Natividade da Serra – Pouso Alto - Bairro Alto:

- I. complementar a execução dos serviços diversos o TERMINAL em Natividade da Serra – Pouso Alto - Bairro Alto; e
- II. executar o nivelamento das áreas de atracação;
- III. Implantação da edificação de apoio e sala pré-embarque – módulo padrão MOB com área de 50m² em Natividade da Serra – Pouso Alto - Bairro Alto;
- IV. a recuperação dos sistemas operacionais; e
- V. a recuperação da infraestrutura abrangendo o viário não pavimentado, a iluminação pública, escoamento natural da drenagem, o calçamento, a sinalização, a urbanização e o paisagismo.

As ações de Reabilitação e de Ampliação de TERMINAIS referidas estão indicadas nos desenhos que constam no Apêndice 1 – Anteprojetos de Engenharia:

Tabela56: Quadro de Desenhos 14

CÓDIGO DO DESENHO	TÍTULO
TERMINAL NATIVIDADE DA SERRA	
TRV-14-01A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-14-02A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL E INTERVENÇÕES
TRV-14-03A	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - EDIFICAÇÕES - PLANTAS, CORTES E ELEVACOES

TERMINAL POUSO ALTO	
TRV-14-01B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-14-02B	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES
TERMINAL BAIRRO ALTO	
TRV-14-01C	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - CARACTERIZAÇÃO
TRV-14-02C	LEVANTAMENTO DE ÁREAS - ARRANJO GERAL, INTERVENÇÕES E DETALHES

O cronograma para a execução dos INVESTIMENTOS consta da Tabela abaixo.

Tabela57: Cronograma dos INVESTIMENTOS

Travessia Natividade da Serra – Pouso Alto - Bairro Alto

Item	Descrição	Natividade da Serra										Pouso Alto									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4/5º		6º		1º		2º		3º		4/5º		6º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos																				
1.1	Básico																				
1.2	Executivo																				
1.3	Mobilização e desmobilização																				
1.4	Canteiro de Obras																				
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)																				
2.1	Recuperação da pavimentação viária																				
2.2	Nova pavimentação viária																				
2.3	Recuperação da iluminação pública																				
2.4	Nova iluminação pública																				
2.5	Recuperação da drenagem																				
2.6	Nova Drenagem																				
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical																				
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical																				
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo																				
2.10	Nova urbanização e paisagismo																				
3	Infraestrutura (edificações)																				
3.1	Recuperação de edificações																				
3.2	Nova Edificação																				
3.3	Recuperação de passarela																				
3.4	Nova Passarela																				
3.5	Sistema de barreira (catraca)																				
3.6	Sistema câmara para controle de fluxo																				
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)																				

Item	Descrição	Natividade da Serra										Pouso Alto									
		Ano										Ano									
		1º		2º		3º		4/5º		6º		1º		2º		3º		4/5º		6º	
		Semestre										Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
3.8	Deposito para equipamentos																				
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro																				
3.10	Elevador																				
4	Infraestrutura aquaviária																				
4.1	Recuperação de FLUTUANTE																				
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso																				
4.3	Nova rampa/ponte de acesso																				
4.4	Recuperação de dolfin de amarração																				
4.5	Novo dolfin de amarração																				
4.6	Recuperação de píer																				
4.7	Novo pier																				
4.8	Defensas tipo 1																				
4.9	Defensas tipo 2																				

Item	Descrição	Bairro Alto									
		Ano									
		1º		2º		3º		4/5º		6º	
		Semestre									
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Serviços Diversos										
1.1	Básico										
1.2	Executivo										
1.3	Mobilização e desmobilização										
1.4	Canteiro de Obras										
2	Infraestrutura terrestre (sistema viário)										
2.1	Recuperação da pavimentação viária										
2.2	Nova pavimentação viária										
2.3	Recuperação da iluminação pública										
2.4	Nova iluminação pública										
2.5	Recuperação da drenagem										
2.6	Nova Drenagem										
2.7	Recuperação da sinalização horizontal e vertical										
2.8	Nova sinalização horizontal e vertical										
2.9	Recuperação da urbanização e do paisagismo										
2.10	Nova urbanização e paisagismo										
3	Infraestrutura (edificações)										
3.1	Recuperação de edificações										

Item	Descrição	Bairro Alto											
		Ano											
		1º		2º		3º		4/5º		6º			
		Semestre											
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
3.2	Nova Edificação												
3.3	Recuperação de passarela												
3.4	Nova Passarela												
3.5	Sistema de barreira (catraca)												
3.6	Sistema câmera para controle de fluxo												
3.7	Edificação de apoio (meio ambiente)												
3.8	Deposito para equipamentos												
3.9	Impermeabilização pátio do estaleiro												
3.10	Elevador												
4	Infraestrutura aquaviário												
4.1	Recuperação de FLUTUANTE												
4.2	Recuperação de rampa/ponte de acesso												
4.3	Nova rampa/ponte de acesso												
4.4	Recuperação de dolfin de amarração												
4.5	Novo dolfin de amarração												
4.6	Recuperação de píer												
4.7	Novo pier												
4.8	Defensas tipo 1												
4.9	Defensas tipo 2												

4. CAPÍTULO IV – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO

4.1. CONCEITOS BÁSICOS

A CONCESSIONÁRIA estará obrigada a dar cumprimento a uma programação de manutenção regular e continuada da frota de EMBARCAÇÕES e dos FLUTUANTES sob sua responsabilidade e de todas e quaisquer instalações (TERMINAIS e ESTALEIROS) vinculadas ao objeto da CONCESSÃO, zelando permanentemente pela segurança e conforto dos USUÁRIOS e pela qualidade da prestação do serviço, com respeito às normas e determinações da ARTESP e da Autoridade Marítima, providenciando em tempo hábil a execução de todos e quaisquer serviços de reparos que se façam necessários.

A ARTESP, em função das suas normas e procedimentos e em função da especificidade das ações de conservação necessárias, poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA o cadastramento dos serviços aqui previstos em seus sistemas de gerenciamento.

Caso algum serviço previsto dependa de licença, autorização ambiental ou anuência de autoridade competente, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar que encaminhou a documentação requerida pelo(s) órgão(s) envolvido(s) com a antecedência necessária para não comprometer os prazos previstos para a realização dos serviços.

Os prazos máximos para a realização das atividades previstas neste Capítulo estão indicados no Quadro de Prazos do item 0. O atraso nas datas estabelecidas para cada atividade sujeitará a CONCESSIONÁRIA à aplicação de sanções administrativas previstas no CONTRATO e ANEXO 14.

Não estão contemplados nesta seção os serviços obrigatórios iniciais referentes à reabilitação e adequação das instalações, assim entendidos os que correspondem aos INVESTIMENTOS necessários para a adequação da infraestrutura dos TERMINAIS e AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTALEIROS, considerando tanto as instalações em terra como na água e as EMBARCAÇÕES, com o objetivo de restabelecer as condições de operação e uso da infraestrutura, adequando-as às normas vigentes de acessibilidade e conforto dos usuários.

Os serviços mencionados no parágrafo acima estão discriminados no Capítulo III deste ANEXO.

4.2. PROGRAMA ANUAL DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RELATÓRIOS

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar anualmente à ARTESP o PROGRAMA ANUAL DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO (PSC), com as ações de manutenção programadas para a frota de EMBARCAÇÕES, FLUTUANTES e para a infraestrutura e equipamentos dos TERMINAIS e ESTALEIROS do SISTEMA DE TRAVESSIAS, conforme disposto neste Capítulo 4.

O primeiro PSC deve ser entregue em 120 (cento e vinte dias) após a emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

O PSC deverá ter a programação ser estruturado e detalhado por:

- I. EMBARCAÇÕES ou FLUTUANTE, com detalhamento das atividades de manutenção conforme especificado no item 4.2.2 deste Capítulo; e
- II. TERMINAL ou ESTALEIRO, com detalhamento das atividades de manutenção conforme especificado no item 4.2.3 deste Capítulo.

O PSC conterá ainda um cronograma de execução com periodicidade mensal, seguindo a estruturação estabelecida, com as datas previstas de efetivo início e conclusão para os diversos serviços de manutenção programados.

O PSC deve prever o seguinte conteúdo mínimo:

- I. levantamento dos elementos das instalações que geram serviços de conservação/manutenção;
- II. padrões de conservação/manutenção;
- III. identificação dos serviços de conservação/manutenção necessários para manter aqueles elementos em nível adequado; e
- IV. relatórios informatizados, para análise em diversos níveis gerenciais, de eficiência e custos, disponibilizados de forma *online* para a ARTESP, através de sistema indicado pela Agência.

Os padrões dos serviços de conservação e manutenção na execução dos trabalhos da CONCESSIONÁRIA devem respeitar, no mínimo, as condições abaixo:

- I. deverão ser executados tendo como referências, especificações técnicas, normas vigentes, procedimentos existentes à época da realização dos serviços e/ou outros que vierem a ser aprovados, modificados ou adotados pela ARTESP; e
- II. nas hipóteses em que os objetos dos serviços não possuam especificações técnicas da ARTESP, prevalecerão as normas editadas pela ABNT e, em caso de sua inexistência, prevalecerão as indicações da ARTESP à luz das normas internacionais consagradas aplicáveis.

Para garantir os padrões de conservação estabelecidos, a CONCESSIONÁRIA deverá durante a CONCESSÃO implantar um processo de identificação de danos ou desgastes nas instalações de forma que os padrões não fiquem abaixo dos mínimos exigidos.

Este processo mencionado no parágrafo acima deverá ser apresentado à ARTESP até 12 (doze) meses após sua implantação, concomitantemente à obtenção do certificado ISO 9001.

A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer à ARTESP relatórios mensais:

- I. dos serviços realizados conforme o PSC como previsto no item 4.2, sem prejuízo da disponibilização atualizada de todas as informações e dados pertinentes, conforme especificado pela ARTESP, para que a Agência possa realizar o acompanhamento dos serviços de conservação/manutenção de rotina executados;
- II. dos serviços de manutenção realizados, conforme a estruturação estabelecida na programação anual entregue, sem prejuízo da disponibilização atualizada de todas as informações e dados pertinentes, conforme especificado pela ARTESP, para que a ARTESP possa realizar o acompanhamento dos serviços de conservação/manutenção de rotina executados.

Os relatórios mensais de serviços de manutenção serão entregues pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP em 1 (uma) cópia digitalizada em tecnologia mais atualizada, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do objeto do relatório. Esta sistemática deverá ser adotada a partir da entrega do primeiro PSC e deverá ser contínua até o final do CONTRATO.

Levantamentos de dados e relatórios, com o intuito de possibilitar análises específicas, poderão ser solicitados, caso as informações fornecidas não sejam satisfatórias.

O não cumprimento das atividades previstas no PSC ou nos relatórios mensais de serviços de manutenção sujeitará a CONCESSIONÁRIA à aplicação de sanções administrativas previstas no CONTRATO e ANEXO 14.

4.2.1. CONSERVAÇÃO DE EMBARCAÇÕES E FLUTUANTES

A manutenção adequada e continuada da frota de EMBARCAÇÕES e de FLUTUANTES visa a redução de custos e do tempo de permanência nas docagens obrigatórias determinadas pela Autoridade Marítima, assegurando que a frota operacional alocada em cada TRAVESSIA esteja integralmente disponível durante a maior parte do tempo.

A manutenção compreende ações que podem ser classificadas em diárias, preventivas e corretivas, tendo como premissa as recomendações previstas nas Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior – NORMAM 02/DP.

A manutenção diária deverá ser feita para a execução de pequenos reparos de rotina, realizados pela tripulação das EMBARCAÇÕES, seguindo recomendações do fabricante ou feitos para correção de problemas ocorridos durante a operação, sem necessidade da remoção das EMBARCAÇÕES para ESTALEIROS.

A manutenção preventiva deverá ser efetuada segundo a programação contínua ou em intervalos pré-determinados. Sua execução deve ser planejada pela CONCESSIONÁRIA buscando reduzir ao máximo os impactos operacionais.

A ARTESP poderá emitir especificações técnicas para definições relativas à identidade visual das EMBARCAÇÕES.

O detalhamento das atividades de manutenção preventiva deverá cobrir, no mínimo, os seguintes itens, quando aplicáveis:

- I. Motores principais e auxiliares (propulsão diesel);
- II. Motores elétricos principais e *packs* de baterias de abastecimento

- III. Sistema de governo;
- IV. Sistema de lastro e esgoto;
- V. Sistema distribuição de força e luz;
- VI. Sistema hidráulico;
- VII. Motores elétricos;
- VIII. Sistema de combate a incêndio;
- IX. Sistema de iluminação;
- X. Sistema de propulsão (eixos e hélices);
- XI. Sistema de refrigeração;
- XII. Casco, Superestruturas e conveses;
- XIII. Equipamentos de radiocomunicação; e
- XIV. Equipamentos de salvatagem.

A manutenção corretiva é a realizada quando é detectada alguma falha nas EMBARCAÇÕES, demandando reparos ou substituição de componentes vitais para a operação.

A CONCESSIONÁRIA deverá fazer o planejamento das ações de manutenção preventiva de forma a minimizar as ocorrências de manutenção corretiva, para não comprometer a oferta de transporte aos USUÁRIOS nas TRAVESSIA.

A CONCESSIONÁRIA deve também considerar, em seu planejamento de manutenção, a necessidade da realização de vistorias anuais e de renovação a cada 5 (cinco) anos dos Certificados de Segurança da Navegação – CSN para a frota, certificando-se que os itens de verificação relacionados nos Anexos 8-A e 8-B da NORMAM-02/DPC estejam em conformidade com os padrões requeridos. Tais obrigações aplicam-se tanto às EMBARCAÇÕES transferidas à CONCESSIONÁRIA no momento da data da emissão

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Anexo 3 – Caderno de Encargos Folha 137 de 142
do TERMO DE TRANSFERÊNCIA quanto àquelas adquiridas ao longo da execução do CONTRATO.

A CONCESSIONÁRIA deverá contratar Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora para a realização das vistorias, que deverá fornecer os instrumentos, aparelhos, manuais, laudos periciais, protocolos e demais elementos previstos nas normas. A CONCESSIONÁRIA proverá, ainda, a assistência do pessoal que for necessário para facilitar as tarefas, acionar equipamentos e esclarecer as consultas formuladas pelo vistoriador.

No mesmo prazo de apresentação do PSC, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP a comprovação da contratação de Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora para a realização das vistorias.

Os serviços de manutenção realizados, incluindo os referentes às ações de manutenção preventiva e vistorias, comporão os relatórios mensais que serão entregues pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP, conforme previsto no item 4.2.

O controle das atividades de manutenção será feito por meio do sistema de planejamento e controle de manutenção existentes no CCO, responsável por gerir o agendamento de manutenções, ordens de serviço e planejamento de paradas técnicas das EMBARCAÇÕES, além do sistema de controle de tráfego (AIS).

A operação plena desse sistema de controle da manutenção deverá ser finalizada pela CONCESSIONÁRIA em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, conforme disposto no item 2.5.3 deste ANEXO.

4.2.2. CONSERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA (TERMINAIS E ESTALEIROS)

No que se refere aos TERMINAIS e ESTALEIROS, o PSC deve ser estruturado por tipo de instalação (TERMINAIS e ESTALEIROS), com o detalhamento previsto nas normas da ARTESP, segundo os itens:

- I. Infraestruturas em terra (sistema viário):
 - a. Pavimentação viária;
 - b. Iluminação pública e predial;
 - c. Drenagem;
 - d. Sinalização horizontal e vertical; e
 - e. Urbanização e paisagismo.
- II. Infraestrutura (edificações):
 - a. Edificação;
 - b. Passarela;
 - c. Edificação de apoio (meio ambiente);
 - d. Depósito para equipamentos; e
 - e. Impermeabilização de pátio do ESTALEIRO.
- III. Equipamentos e Sistemas:
 - a. Sistema de Arrecadação;
 - b. Sistema de Monitoramento de Informações de Bilhetagem;
 - c. Sistema de radiofonia;
 - d. Sistema de atendimento 0800;
 - e. Sistema de transmissão de dados;
 - f. Centro de Controle Operacional - CCO;
 - g. Sistema de comunicação com o Usuário;

- h. Sistema móvel de painéis de mensagem variáveis (PMV); e
 - i. Sistema de monitoração de fluxo de veículos e passageiros por CFTV e módulos de controle de acesso
- IV. Infraestrutura na água:
- a. Ponte de acesso;
 - b. Dolphins de amarração;
 - c. Píer; e
 - d. Defensas.

4.2.3. CONSERVAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A conservação de emergência compreende os serviços ou obras necessárias para reparar, repor, reconstruir ou restaurar elementos de infraestrutura ou EMBARCAÇÕES que tenham sido danificados por um evento extraordinário, ocasionando interrupção parcial ou total da TRAVESSIA.

Na ocorrência de um evento emergencial, a CONCESSIONÁRIA deverá, prioritariamente:

- I. Adotar as providências necessárias para, no menor tempo possível, restabelecer o fluxo de veículos e passageiros no TERMINAL, quando for o caso, ou para repor as EMBARCAÇÕES na operação da TRAVESSIA;
- II. Proceder à imediata mobilização dos recursos para a ação corretiva necessária; e;
- III. Relatar de imediato o evento a ARTESP.

A necessidade de apresentação de PROJETOS DE ENGENHARIA para este item ficará a critério da ARTESP e, caso sejam solicitados, deverão seguir os padrões definidos nas normas da Agência.

4.3. FISCALIZAÇÃO

Todas as atividades da CONCESSIONÁRIA serão fiscalizadas pela ARTESP ou seu agente técnico, na forma dos procedimentos operacionais para fiscalização estabelecidos pela ARTESP.

Todos os dados coletados ou gerados deverão ser atualizados nos sistemas próprios da ARTESP, de acordo com os padrões de prazos exigidos.

Tabela58: Quadro de Prazos

ATIVIDADE	ITEM DO ANEXO	PRAZO
Apresentação da PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO (PSC)	4.2	Até 120 (cento e vinte) dias contados da data da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA
Comprovação da contratação de Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora	4.2.1	Até 120 (cento e vinte) dias contados da data da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA
Relatórios mensais dos Serviços de Conservação	4.2	Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do objeto do relatório.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Direção de tráfego para cobrança de tarifa no Ano 01	9
Tabela 2: Programação Operacional 1º Ano	11
Tabela 3: Programação Operacional 1º Ano	11
Tabela 4: Programação Operacional 1º Ano	11
Tabela 5: Programação Operacional 1º Ano	16
Tabela 6: Programação Operacional 1º Ano	17
Tabela 7: Programação Operacional 1º Ano	17
Tabela 8: Quadro de Prazos	65
Tabela 9 – INVESTIMENTOS EM NOVAS EMBARCAÇÕES.....	76
Tabela 11: Quadro de Desenhos 01	83
Tabela 12: Cronograma dos INVESTIMENTOS	84
Tabela 13: Quadro de Desenhos 02	87
Tabela 14: Cronograma dos INVESTIMENTOS TRAVESSIA Santos – Vicente de Carvalho ...	87
Tabela 15: Quadro de Desenhos 03	90
Tabela 16: Cronograma dos INVESTIMENTOS	91
Tabela 17: Quadro de Desenhos 04	94
Tabela 18: Cronograma dos INVESTIMENTOS	94
Tabela 19: Quadro de Desenhos 05	97
Tabela 20: Cronograma dos INVESTIMENTOS	97
Tabela 21: Quadro de Desenhos 06	101
Tabela 22: Cronograma dos INVESTIMENTOS	101
Tabela 23: Quadro de Desenhos 07	104
Tabela 24: Cronograma dos INVESTIMENTOS	105
Tabela 25: Quadro de Desenhos 08	108
Tabela 26: Cronograma dos INVESTIMENTOS	108
Tabela 27: Quadro de Desenhos 09	112
Tabela 28: Cronograma dos INVESTIMENTOS	112
Tabela 29: Quadro de Desenhos 10	116
Tabela 30: Cronograma dos INVESTIMENTOS	116
Tabela 31: Quadro de Desenhos 11	119
Tabela 32: Cronograma dos INVESTIMENTOS	119
Tabela 33: Quadro de Desenhos 12	122
Tabela 34: Cronograma dos INVESTIMENTOS	122
Tabela 35: Quadro de Desenhos 13	125
Tabela 36: Cronograma dos INVESTIMENTOS	125

Anexo 3 – Caderno de Encargos	Folha 142 de 142
Tabela 37: Quadro de Desenhos 14	127
Tabela 38: Cronograma dos INVESTIMENTOS	128
Tabela 39: Quadro de Prazos	140